



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONTADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO**

**BALANÇO GERAL**  
**1975**



Í N D I C E

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Apresentação .....	1-011
Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros .....	1-012/ 021
Despesas Autorizadas .....	1-012
Créditos Ordinários .....	1-012
Créditos Especiais .....	1-015
Recursos Financeiros .....	1-016
Fundo Geral .....	1-016
Fundos Especiais .....	1-018
Operações de Crédito .....	1-019
Resultado Presumível do Exercício .....	1-021
Balanço Financeiro .....	1-022/ 057
Execução do Orçamento .....	1-022
Análise da Receita .....	1-025
Receitas Correntes .....	1-025
Receita Tributária .....	1-026
Receita Patrimonial .....	1-029
Receita Industrial .....	1-030
Transferências Correntes .....	1-031
Receitas Diversas .....	1-033
Receitas de Capital .....	1-035
Análise da Despesa .....	1-037
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada .....	1-045
Evolução da Despesa .....	1-047
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Econômicas .....	1-049
Análise do Resultado Financeiro do Exercício .....	1-052
Operações Extra-Orçamentárias .....	1-055
Reflexos da Gestão Financeira sobre o Patrimônio Financeiro .....	1-056
Balanço Patrimonial .....	1-058/ 087
Ativo do Estado .....	1-060
Ativo Financeiro .....	1-060
Ativo Permanente .....	1-061
Dívidas do Estado .....	1-070
Dívida Fundada Externa .....	1-073
Dívida Fundada Interna .....	1-075
Dívida Flutuante .....	1-081
Restos a Pagar .....	1-082
Serviço da Dívida a Pagar .....	1-083
Depósitos .....	1-084
Débitos de Tesouraria .....	1-084
Diversos .....	1-084
Demonstração das Variações Patrimoniais .....	1-088/ 091
Apuração do Descoberto Financeiro em 31/12/75 .....	1-092/ 101
Considerações Finais .....	1-102

**BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	2-001
BALANÇO FINANCEIRO .....	2-002/003
Modelo Padrão .....	2-002
Análise do Modelo Padrão .....	2-003
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	2-004/016
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas .....	2-004
Receita .....	2-005/011
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada .....	2-005
Demonstrativo da Receita por Estação Arrecadadora .....	2-008
Despesa .....	2-012/016
Demonstração da Despesa por Rubrica .....	2-012
Créditos Especiais segundo os respectivos Recursos Financeiros .....	2-015
DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS .....	2-017/024
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS .....	2-025/028
Modelo Padrão .....	2-025
Análise do Modelo Padrão .....	2-026
BALANÇO PATRIMONIAL .....	2-029/100
ANÁLISE DO ATIVO .....	2-030/059
Financeiro .....	2-030/051
Disponível .....	2-030/041
Caixa Geral .....	2-030
Bancos, c/Disponíveis .....	2-031
Exatorias .....	2-034
Coordenadorias .....	2-040
Remessas de Exatores .....	2-041
Vinculado em Conta Corrente Bancária .....	2-042
Bancos, c/Vinculadas .....	2-042
Realizável .....	2-043/051
Devedores .....	2-043
Responsáveis .....	2-047
Prefeituras, c/Devedoras .....	2-049
Suprimentos Autorizados .....	2-050
Valores do Estado .....	2-051
Permanente .....	2-052/059
Devedores por Empréstimos .....	2-052
Prefeituras, c/Empréstimo Externo de 1927 .....	2-053
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa .....	2-054
Participação em Sociedades de Economia Mista do Estado .....	2-055
Participações Diversas .....	2-056
Almoxarifados .....	2-057
Fundos para Financiamentos .....	2-058
Fundos Diversos .....	2-059
ANÁLISE DO PASSIVO .....	2-060/094
Financeiro .....	2-060/092
Dívida Flutuante .....	2-060
Depósitos de Autarquias .....	2-069
Depósitos de Consignatários .....	2-070
Cauções .....	2-072
Retenções .....	2-081
Empréstimos por Antecipação da Receita .....	2-087
Contribuições para Autarquias .....	2-088
Contribuições para Fundações .....	2-089
Empresas, c/Capital a Integralizar .....	2-090
Fundos Especiais .....	2-091
Prefeituras, c/Credoras .....	2-092
Permanente .....	2-093/094
Dívida Fundada Interna .....	2-093
Dívida Fundada Externa .....	2-094
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....	2-095/100
Valores em Poder de Terceiros .....	2-095
Valores Nominais Emitidos .....	2-096
Avalis Concedidos .....	2-097
Caixa de Títulos e Valores do Estado .....	2-099
Valores de Terceiros .....	2-100

## ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

1 - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR PROJETOS, ATIVIDADES E ELEMENTOS, A NÍVEL DE UNIDADE ORÇAMENTÁRIA .....	3-003/ 065
-Poder Legislativo .....	3-003
Tribunal de Contas .....	3-005
Poder Judiciário .....	3-006
Poder Executivo .....	3-011
Secretaria de Justiça .....	3-015
Secretaria de Coordenação e Planejamento .....	3-019 ←
Secretaria da Fazenda .....	3-023
Secretaria de Agricultura .....	3-028
Secretaria de Indústria e Comércio .....	3-035
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações .....	3-038
Secretaria dos Transportes .....	3-039
Secretaria de Educação e Cultura .....	3-040
Secretaria da Saúde .....	3-047
Secretaria do Trabalho e Ação Social .....	3-050 -
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas .....	3-053
Secretaria de Segurança Pública .....	3-056
Secretaria de Administração .....	3-060
Secretaria de Turismo .....	3-061
Encargos Gerais do Estado .....	3-063 ←
2 - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO, PROGRAMA E SUBPROGRAMA, SEGUNDO PROJETOS E ATIVIDADES, A NÍVEL DE UNIDADE ORÇAMENTÁRIA .....	3-066/ 145
Poder Legislativo .....	3-066
Tribunal de Contas .....	3-067
Poder Judiciário .....	3-068
Poder Executivo .....	3-073
Secretaria de Justiça .....	3-077
Secretaria de Coordenação e Planejamento .....	3-083
Secretaria da Fazenda .....	3-089
Secretaria de Agricultura .....	3-095 ←
Secretaria de Indústria e Comércio .....	3-103 ←
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações .....	3-105
Secretaria dos Transportes .....	3-107
Secretaria de Educação e Cultura .....	3-109
Secretaria da Saúde .....	3-119
Secretaria do Trabalho e Ação Social .....	3-123
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas .....	3-178
Secretaria de Segurança Pública .....	3-173
Secretaria de Administração .....	3-140
Secretaria de Turismo .....	3-142
Encargos Gerais do Estado .....	3-144
3 - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO, PROGRAMA E SUBPROGRAMA, SEGUNDO PROJETOS E ATIVIDADES, A NÍVEL DE ÓRGÃO .	3-146/ 172
Poder Legislativo .....	3-146
Tribunal de Contas .....	3-147
Poder Judiciário .....	3-148
Poder Executivo .....	3-153
Secretaria de Justiça .....	3-157
Secretaria de Coordenação e Planejamento .....	3-148 ←
Secretaria da Fazenda .....	3-149
Secretaria de Agricultura .....	3-160 ←
Secretaria de Indústria e Comércio .....	3-162
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações .....	3-163
Secretaria dos Transportes .....	3-164
Secretaria de Educação e Cultura .....	3-165
Secretaria da Saúde .....	3-166
Secretaria do Trabalho e Ação Social .....	3-167
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas .....	3-188
Secretaria de Segurança Pública .....	3-169
Secretaria de Administração .....	3-170
Secretaria de Turismo .....	3-171
Encargos Gerais do Estado .....	3-172

4 - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO, PROGRAMA E SUBPROGRAMA, SEGUNDO PROJETOS E ATIVIDADES, A NÍVEL DE GOVERNO	3-173/ 170.
5 - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO, PROGRAMA E SUBPROGRAMA, SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS, A NÍVEL DE GOVERNO	3-178/ 164
6 - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR RUBRICA, A NÍVEL DE UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	3-185/ 289
Poder Legislativo	3-185
Tribunal de Contas	3-187
Poder Judiciário	3-189
Poder Executivo	3-196
Secretaria de Justiça	3-201
Secretaria de Coordenação e Planejamento	3-208
Secretaria da Fazenda	3-213
Secretaria da Agricultura	3-219
Secretaria da Indústria e Comércio	3-227
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	3-229
Secretaria dos Transportes	3-231
Secretaria de Educação e Cultura	3-233
Secretaria da Saúde	3-243
Secretaria do Trabalho e Ação Social	3-248
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	3-252
Secretaria da Segurança Pública	3-258
Secretaria da Administração	3-264
Secretaria de Turismo	3-266
Encargos Gerais do Estado	3-268
7 - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	3-270/ 353
Poder Legislativo	3-270
Tribunal de Contas	3-272
Poder Judiciário	3-273
Poder Executivo	3-279
Secretaria de Justiça	3-284
Secretaria de Coordenação e Planejamento	3-290
Secretaria da Fazenda	3-296
Secretaria da Agricultura	3-302
Secretaria da Indústria e Comércio	3-310
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	3-312
Secretaria dos Transportes	3-314
Secretaria de Educação e Cultura	3-318
Secretaria da Saúde	3-327
Secretaria do Trabalho e Ação Social	3-332
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	3-337
Secretaria da Segurança Pública	3-342
Secretaria da Administração	3-349
Secretaria de Turismo	3-351
Encargos Gerais do Estado	3-353
8 - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA, SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	3-354/ 356

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Porto Alegre, 22 de abril de 1976.

Exposição sobre o Balanço Geral da Administração Direta do Estado, referente ao exercício de 1975, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Professor Jorge Babot Miranda, Oigníssimo Secretário de Estado de Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Secretário de Fazenda:

Apres-me encaminhar a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta, relativo ao exercício econômico-financeiro de 1975, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, e no Decreto nº 22.324, de 30 de dezembro de 1972.

Compõe o mencionado documento um conjunto coordenado de peças, elaboradas em estrita observância à legislação vigente e à mais acurada técnica contábil.

O Balanço Geral e esta exposição formam a prestação de contas que o Chefe do Poder Executivo deve apresentar à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, segundo prescreve o inciso XVII do artigo 66 da Constituição do Estado, de 27 de janeiro de 1970.

A presente exposição tem o objetivo de facilitar a leitura e o entendimento do Balanço Geral, bem como dar a primeira interpretação dos principais aspectos da gestão econômico-financeira exercitada no ano fiscal de 1975. Outrossim, busca pôr subsídios à disposição dos órgãos superiores de fiscalização e julgamento da prestação de contas governamental e dos que compõem a Alta Administração, tendo por finalidade cooperar com os mesmos no desempenho de suas elevadas e complexas atribuições.

## 1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

O orçamento relativo ao exercício econômico-financeiro de 1975, aprovado pela Lei nº 6.781, de 2 de dezembro de 1974, contém o plano financeiro básico para o mencionado ano, totalizando tanto a receita prevista como a despesa fixada o valor de Cr\$ 6.259.691.600,00.

Esse plano foi objeto de numerosas e profundas alterações quantitativo-qualitativas no decurso do período administrativo sob exame.

No que tange à despesa, as modificações consistiram na suplementação e redução de dotações contempladas no orçamento inicial e na abertura e reabertura de créditos especiais, não tendo sido aberto nenhum crédito extraordinário.

Quanto aos recursos financeiros, verificaram-se mudança de vinculações e a utilização de novos recursos provenientes de excessos de arrecadação, de realização de operações de crédito e de recebimento de contribuições.

Em virtude de tais alterações, o plano financeiro básico foi elevado para Cr\$ 8.269.832.636,41, tanto para a receita como para a despesa, com o que foi mantido o equilíbrio das autorizações.

A despesa fixada e os recursos a ela vinculados são apreciados a se-  
guir.

### 1.1.0 - DESPESAS AUTORIZADAS

O plano geral de gastos é objeto de detalhamento segundo a natureza dos créditos.

#### 1.1.1 - CRÉDITOS ORDINÁRIOS

Os créditos compreendidos inicialmente na Lei de Meios somaram Cr\$ ..  
6.259.691.600,00.

Com a finalidade de adaptar o orçamento às necessidades da Administre



ção, bem como o reforço e a distribuição do Fundo de Reserva Orçamentária, foram introduzidas profundas modificações no orçamento inicial, que se resumem em Cr\$ 3.753.136.943,82 de suplementações e Cr\$ 1.994.054.112,21 de reduções.

A demonstração que segue evidencia, por categorias e subcategorias econômicas, os créditos iniciais, as suplementações, as reduções e os créditos alterados.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
Despesas de Custeio .....	2.522.518.500,00	2.508.130.161,33	1.686.773.014,05	3.343.875.647,28
Transferências Correntes .....	1.965.892.100,00	737.040.766,99	101.096.814,16	2.601.836.052,83
Subtotal .....	4.488.410.600,00	3.245.170.928,32	1.787.869.828,21	5.945.711.700,11
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
Investimentos .....	835.917.000,00	31.331.208,84	132.120.284,00	735.127.924,84
Inversões Financeiras .....	231.815.000,00	32.896.402,90	36.400.000,00	228.311.402,90
Transferências de Capital .....	703.549.000,00	443.738.403,76	37.664.000,00	1.109.623.403,76
Subtotal .....	1.771.281.000,00	507.966.015,50	206.184.284,00	2.073.062.731,50
<b>TOTAL .....</b>	<b>6.259.691.600,00</b>	<b>3.753.136.943,82</b>	<b>1.994.054.112,21</b>	<b>8.018.774.431,61</b>

As alterações de que foram objeto os créditos ordinários são assim re-  
sumidas:

Orçamento inicial .....	6.255.591.633,00
Suplementações ... 3.253.136.343,82	
Reduções ..... (1.394.054.112,21)	1.759.082.831,61
Orçamento com as alterações decretadas	8.018.774.431,61
	*****

Como se vê, o orçamento votado sofreu um acréscimo líquido de Cr\$ ....  
1.759.082.831,61, equivalente a 28,1% das autorizações iniciais.

### 1.1.2 - CRÉDITOS ESPECIAIS

Além das autorizações contidas no orçamento e respectivas alterações, vigoreram, no ano sob exame, 23 créditos especiais, no valor global de Cr\$ .....  
251.058.204,80, que correspondem a 3% do total de despesas autorizadas.

Em relação a 1974, verificou-se um acentuado decréscimo de créditos es-  
peciais, tanto em quantidade e valor, como no que respeita à participação relativa do  
total dos créditos votados, fato altamente significativo.

No ano anterior vigoreram 45 créditos especiais, no valor de Cr\$ .....  
278.530.307,22, correspondentes a 4,6% dos gastos autorizados.

Os adicionais sob exame tiveram a seguinte destinação:

Execução do Projeto 1865 - Implantação de Prédios Escolares Rebio- realizados de 1º e 2º graus .....	171.508.346,20
Integralização da parcela inicial do Fundo para Garantia de Liqui- dez dos Títulos de Dívida Pública Estadual .....	45.000.000,00
Obras Públicas .....	10.450.000,00
Contribuição à Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC, para implantação de áreas industri- ais .....	3.000.000,00
Auxílio à Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo para aplicação no Distrito Industrial do Município .....	5.000.000,00
Auxílios diversos .....	4.336.100,00
Constituição de fundos rotativos .....	2.500.000,00
Aquisição de imóveis .....	2.153.156,60
Para outros fins .....	2.110.500,00
	251.058.204,80
	*****

No ano de 1975, não foi aberto nenhum crédito extraordinário, o que revela não ter-se verificado nenhuma das ocorrências que determinam a abertura de adicionais dessa espécie.

#### 1.2.0 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros que deram cobertura à despesa orçamentária somaram Cr\$ 8.259.832.836,41. Para uma correta apreciação, tais recursos são grupados em três classes que serão minuciosamente examinadas a seguir.

##### 1.2.1 - FUNDO GERAL

Sob a designação de Fundo Geral englobam-se as receitas que dão cobertura genérica à despesa, isto é, sem afetação, nos termos dos artigos 71 a 74 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, excluído o produto de operações de crédito.

Dado o fato de não serem mais transportados para o exercício seguinte os créditos especiais, a teor do que estatui o parágrafo 4º do artigo 82 da Constituição da República, o Fundo Geral compreende exclusivamente recursos da competência do exercício.

Apresenta-se, a seguir, a apuração dos recursos do Fundo Geral, com a indicação dos que deram cobertura a créditos ordinários e a créditos especiais.

##### a) Para cobertura de créditos ordinários

Receita prevista no orçamento inicial .....	6.259.681.600,00
Mais	
Previsão de maior arrecadação	
Imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos .....	17.500.000,00
Imposto de renda retido na fonte ..	37.500.000,00
Imposto sobre circulação de mercadorias .....	980.024.847,93
Dividendos e bonificações de capital	
Dividendos distribuídos pela <u>Compã</u>	

nhia Estadual de Energia Elétrica	6.068.101,27	
Dividendos distribuídos pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. ....	4.196.402,90	
Receita industrial vinculada ao Fundo Estadual de Saúde - Lei 6.575, de 5/7/73 .....	<u>3.255.000,00</u>	<u>1.048.545.152,10</u>
		7.308.236.752,10

Menos

Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias orçado, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios		
Parcela referente à previsão orçamentária .....	624.000.000,00	
Parcela referente à maior arrecadação estimada .....	185.000.000,00	
<b>Taxa Rodoviária Única</b>		
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	47.725.000,00	
Parcela destinada às Prefeituras Municipais .....	34.500.000,00	
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES .....	32.775.000,00	
<b>Transferências do Departamento da Loteria do Estado</b>		
Vinculadas ao art. 3º da Lei 4.631/63	990.000,00	
Vinculadas ao art. 9º da Lei 4.760/64	3.259.000,00	
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica .....	54.096.000,00	
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país .....	12.000.000,00	
Contribuição da União Federal relativa a recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec.federal 72.062, de 6/4/73 .....	15.000.000,00	
Operações de crédito orçadas .....	881.000.000,00	
Valor dos recursos do Fundo Geral que deram cobertura a dotações orçamentárias canceladas, para servir de cobertura a créditos especiais .....	<u>29.549.856,60</u>	<u>2.119.894.856,60</u>
		5.188.341.895,50

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos do Fundo Geral vinculados a dotações orçamentárias canceladas para dar cobertura a créditos especiais .....		<u>29.549.856,60</u>
		5.217.891.752,10
		*****

## 1.2.2 - FUNDOS ESPECIAIS

Os Fundos Especiais compreendem as receitas vinculadas que, nos termos do artigo 71 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, se destinam a dar realização a determinados objetivos ou serviços, excluído o produto de operações de crédito.

Os recursos sob exame são desdobrados a seguir, segundo a competência dos exercícios e a natureza dos créditos a que deram cobertura:

### I - Recursos da competência do exercício de 1975

#### a) Para cobertura de créditos ordinários

Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias orçado, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios ....	
Parcela referente à previsão orçamentária .....	824.000.000,00
Parcela referente à maior arrecadação estimada .....	185.000.000,00
<b>Taxa Rodoviária Única</b>	
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	
Previsão orçamentária .....	47.725.000,00
Maior arrecadação estimada ....	15.347.535,30
Parcela destinada às Prefeituras Municipais	
Previsão orçamentária .....	34.500.000,00
Maior arrecadação estimada ....	10.725.000,00
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES	
Previsão orçamentária .....	32.775.000,00
Maior arrecadação estimada ....	12.754.526,46
Transferências do Departamento da Loteria do Estado	
Vinculadas ao art. 3º da Lei .. 4.631/63	
Previsão orçamentária .....	990.000,00
Maior arrecadação estimada ...	321.660,52
Vinculadas ao art. 9º da Lei .. 4.790/64	
Previsão orçamentária .....	3.259.000,00
Maior arrecadação estimada ...	1.786.400,00

Cancelamento de despesas imputadas ao exercício anterior (Dec. Legisl. 3298/75) .....	434.630,00	
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica		
Previsão orçamentária .....	54.096.000,00	
Maior arrecadação estimada ....	12.649.459,64	
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país		
Previsão orçamentária .....	12.000.000,00	
Maior arrecadação estimada ....	100.000,00	
Contribuição da União Federal relativa a recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados-Dec.federal 72.062, de 6/4/73 .....	<u>25.000.000,00</u>	1.273.464.411,92

b) Para cobertura de créditos especiais

Contribuição da União Federal relativa a recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados-Dec. federal 72.062, de 6/4/73 .....		<u>5.000.000,00</u>
		1.278.464.411,92
		*****

II - Recursos da competência de exercícios anteriores

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos a utilizar, relativos a 20% do produto do imposto sobre circulação de mercadorias, apurados na exposição sobre o Balanço Geral de 1974 .....		80.968.124,19
		*****

Os Fundos Especiais também podem ser assim divididos:

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1975 .....	1.273.464.411,92	
Recursos de exercícios anteriores ....	<u>80.968.124,19</u>	1.354.432.536,11

Para cobertura de créditos especiais

Recursos do exercício de 1975 .....		<u>5.000.000,00</u>
		1.359.432.536,11
		*****

1.2.3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A apreciação dos recursos que deram cobertura à despesa orçamentária conclui-se com o exame das operações de crédito.

Para efeito da apuração do deficit presumível do exercício, as operações de crédito são desdobradas segundo a possibilidade ou não de serem realizadas, a saber:

I - Operações de crédito realizáveis

a) Para cobertura de créditos ordinários

Empréstimo de 15 milhões de cruzeiros, contratado com a Caixa Econômica Federal, em 14/10/74 - Lei 6.284, de 25/10/71 - Parcela a receber no exercício ...	9.000.000,00	
Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465, de 15/12/72		
Dec. 23.031, de 22/3/74 - 2a. série .....	7.552.588,51	
Dec. 23.262, de 19/8/74 - 5a. série .....	40.138.800,00	
Dec. 23.879, de 2/6/75 - 8a. série .....	<u>1.200.000.000,00</u>	1.256.691.388,51

b) Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465, de 15/12/72		
Dec. 23.195, de 11/7/74 - 3a. série .....	45.000.000,00	
Empréstimos contratados com o Banco Nacional de Habitação - Lei 6.887, de 18/6/75		
Contratos de 8/9/75 .....	<u>7.839.974,91</u>	<u>52.839.974,91</u>
		<u>1.309.531.363,42</u>
		*****

II - Operações de crédito sem possibilidade de realização

a) Para cobertura de créditos ordinários

Previsão orçamentária de receita de operações de crédito, correspondente a empréstimos não ultimados .....	219.308.611,49
--	----------------

b) Para cobertura de créditos especiais

Empréstimos a serem contratados com o Banco Nacional de Habitação - Lei 6.887, de 18/6/75 .....	<u>163.668.373,29</u>
	382.976.984,78
	*****

Os recursos sob exame podem ser também assim divididos:

Para cobertura de créditos ordinários



Operações de crédito realizáveis	1.256.691.368,51	
Operações de crédito que não apresentavam possibilidade de realização .....	<u>219.308.611,49</u>	1.476.000.000,00
Para cobertura de créditos especiais		
Operações de crédito realizáveis	52.839.974,91	
Operações de crédito que não apresentavam possibilidade de realização .....	<u>163.668.373,29</u>	<u>216.508.348,20</u>
		1.692.508.348,20
		=====

### 1.3.0 - RESULTADO PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

O resultado presumível do exercício é determinado mediante o confronto do montante dos recursos financeiros com o total dos créditos votados.

Para a correta apuração desse resultado, não podem ser considerados os recursos de exercícios anteriores, por haverem sido apropriados aos mesmos, nem as operações de crédito que, embora legalmente tenham dado suporte financeiro à despesa, não apresentavam possibilidade de realização.

De acordo com o critério proposto, o resultado em apreço é apurado do seguinte modo:

DESPESA FIXADA		
Créditos ordinários .....	8.018.774.431,61	
Créditos especiais .....	<u>251.058.204,60</u>	8.269.832.636,41
RECURSOS FINANCEIROS		
Fundo Geral		
Da competência do exercício .....	5.217.891.752,10	
Fundos Especiais		
Da competência do exercício .....	1.278.464.411,92	
Operações de crédito		
Empréstimos realizáveis .....	<u>1.309.531.363,42</u>	<u>7.805.887.527,44</u>
DEFICIT PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO .....		463.945.108,97
		=====

Segue-se o capítulo intitulado Balanço Financeiro, no qual é analisada a execução dos recursos financeiros e da despesa autorizada, bem como o resultado financeiro alcançado.

## 2 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia, sinteticamente, as operações de receita e despesa, tanto as decorrentes da execução orçamentária como as que se processam à margem da Lei de Meios, conjugando-as, ainda, com as disponibilidades financeiras existentes no início e no fim do exercício.

Constituindo-se na peça básica para o exame e julgamento da gestão financeira desenvolvida, serve, igualmente, para realçar as variações de que foi possível o patrimônio financeiro em decorrência daquelas operações.

No presente capítulo serão detidamente analisadas as operações contempladas no Balanço Financeiro, bem como o resultado financeiro apurado.

### 2.1.0 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

A execução do orçamento de 1975 é demonstrada pelos valores globais a seguir alinhados:

DESPESA REALIZADA		
Despesas Correntes	5.838.415.817,01	
Despesas de Capital	<u>2.117.963.419,71</u>	7.956.379.236,72
RECEITA REALIZADA		
Receitas Correntes	5.913.764.500,77	
Receitas de Capital	<u>1.617.464.854,85</u>	<u>7.531.219.355,62</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Deficit financeiro do exercício .....		425.159.881,10 =====

O resultado evidencia que o deficit é o mais elevado do último lustro, tanto em números absolutos como em relativos, conforme se demonstra:

Ano	Deficit financeiro	Percentagem do deficit financeiro sobre a despesa realizada
1971	38.319.004,78	1,9
1972	81.884.552,28	3,2
1973	175.128.098,73	4,8
1974	195.645.296,17	3,8
1975	425.159.881,10	5,3

O resultado da execução orçamentária atingiu 91,64% do deficit presumível do exercício, cujo montante de Cr\$ 463.945.108,97 foi determinado no capítulo inicial desta exposição. Tal fato deve-se a duas ordens de fatores, a saber: a) utilização de parcela ponderável dos créditos votados, em que pese o programa de contenção de despesa adotado e b) não efetivação dos recursos considerados realizáveis, apesar dos esforços desenvolvidos pela Administração nesse sentido.

Os algarismos a seguir alinhados melhor evidenciam essas razões:

Recursos financeiros realizáveis	7.805.887.527,44
Menos : Receita realizada .....	<u>7.531.219.355,62</u>
Menor receita .....	274.668.171,82 =====
Despese fixada .....	8.269.832.836,41
Menos : Despesa realizada .....	<u>7.956.379.236,72</u>
Menor despesa .....	313.453.399,69 =====

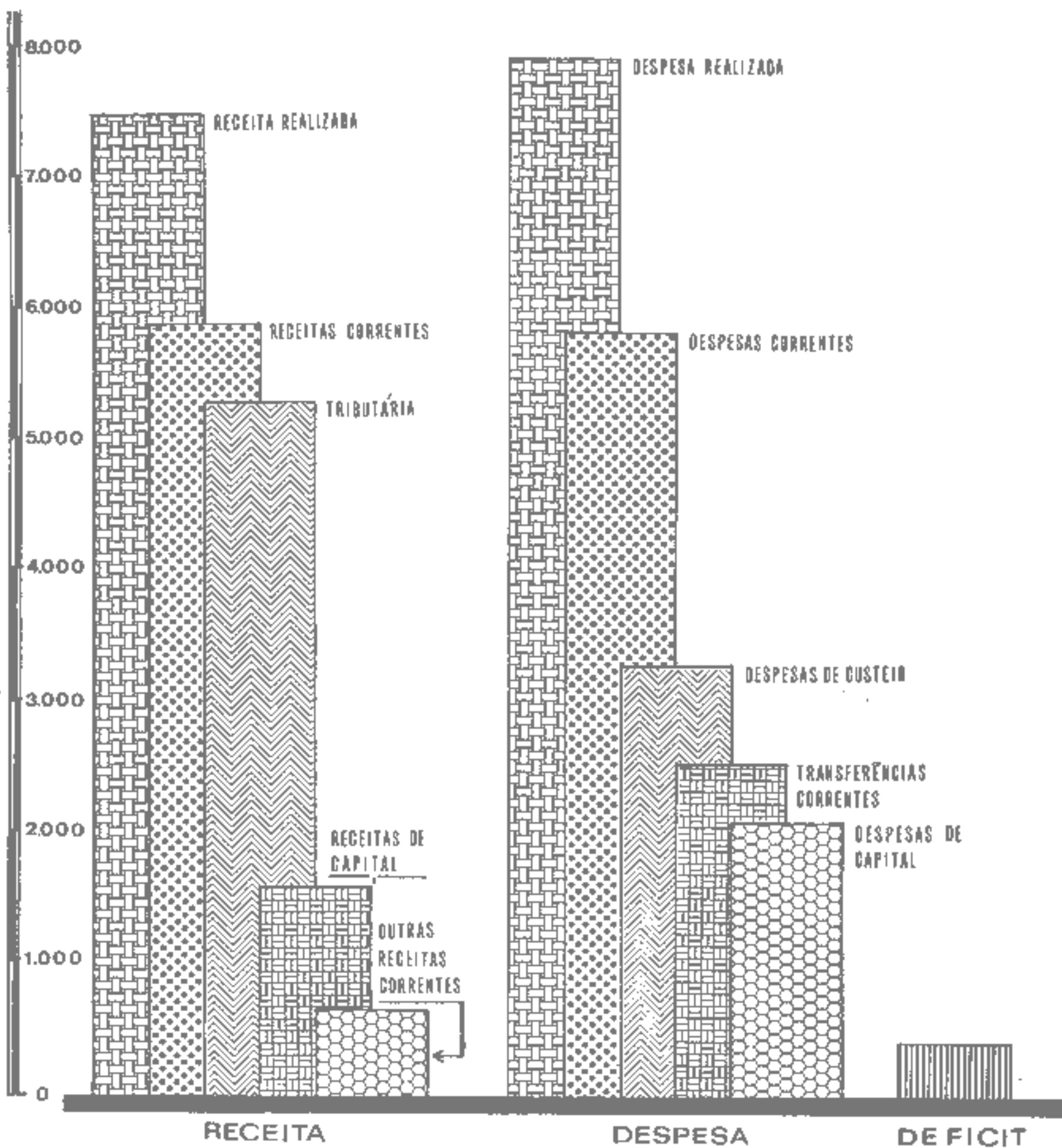
O deficit da execução orçamentária pode ser recomposto através da conjugação dessas variações com o resultado presumível, como se demonstra:

Deficit presumível do exercício.	463.945.108,97
Menos : Menor despesa ...	313.453.399,69
Mais : Menor receita ..	<u>274.668.171,82</u>
Deficit financeiro do exercício.	<u>425.159.881,10</u> =====

A execução orçamentária pode ser visualizada, também, através do gráfico que segue.

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MILHÕES DE  
CR\$



## 2.1.1 - ANÁLISE DA RECEITA

No ano fiscal de 1975, verificaram-se ingressos de índole orçamentária no valor de Cr\$ 7.531.219.355,62. Esse montante, comparado com a previsão inicial, revela um excesso de arrecadação da ordem de Cr\$ 1.271.527.755,62, e, com a arrecadação do ano anterior, um incremento de 53,07%.

O desdobramento analítico da receita realizada, por categorias econômicas, fontes, rubricas e estações arrecadadoras, consta nos quadros que ilustram o Balanço Financeiro.

De forma sintética, a execução da receita é assim demonstrada:

### Receitas Correntes

I - Tributária	Orçada	Arrecadada	%
Impostos .....	4.285.000.000,00	5.199.648.324,08	69,04
Taxas .....	87.020.000,00	82.304.287,56	1,09
Contribuição de melhoria	1.000,00	-	
	<u>4.372.021.000,00</u>	<u>5.281.952.611,64</u>	<u>70,13</u>
II - Patrimonial .....	203.946.000,00	243.354.679,94	3,23
III - Industrial .....	7.523.000,00	2.660.180,46	0,03
IV - Transferências Correntes	118.178.000,00	192.492.600,43	2,56
V - Receitas Diversas .....	<u>316.376.000,00</u>	<u>193.304.428,30</u>	<u>2,57</u>
	5.018.047.000,00	5.913.764.500,77	78,52

### Receitas de Capital

Operações de crédito .....	881.000.000,00	1.274.012.947,65	16,92
Diversas Receitas de Capital ..	73.058.600,00	5.757.248,93	0,08
Transferências de Capital .....	<u>287.586.300,50</u>	<u>337.684.658,27</u>	<u>4,48</u>
	6.259.691.600,00	7.531.219.355,62	100,00
	=====	=====	=====

Analisa-se, a seguir, a receita arrecadada, destacando-se os aspectos mais relevantes.

### 2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

As receitas classificadas nesta categoria econômica, na quantia de Cr\$ 5.913.764.500,77, serão objeto de minucioso exame.

#### RECEITA TRIBUTÁRIA

Representando 70,13% da receita geral, os ingressos de origem tributária constituem-se na maior fonte de recursos do Estado.

A sua importância na composição da receita geral, no último quinquênio, ressalta dos números absolutos e percentuais a seguir alinhados:

Ano	Receita geral	Receita tributária	Percentagem da receita tributária sobre a receita geral
1971	1.919.526.046,35	1.628.777.416,42	84,85
1972	2.496.714.366,96	2.008.556.669,78	80,45
1973	3.497.452.719,88	2.739.947.739,28	78,34
1974	4.920.050.064,97	3.658.212.589,65	74,36
1975	7.531.219.355,62	5.281.952.611,64	70,13

Os números absolutos e relativos expostos revelam que a participação da receita tributária na formação dos ingressos gerais vem declinando sistematicamente, em favor do incremento do produto de operações de crédito. Esse fato decorre basicamente da redução paulatina das alíquotas do imposto sobre circulação de mercadorias e do aumento do valor dos incentivos fiscais, particularmente dos deferidos à exportação para o exterior de produtos industrializados.

O desdobramento da receita tributária, segundo as espécies que a constituem, assim se apresenta nos últimos cinco anos:

Ano	Receita Tributária	Receita de impostos		Receita de taxas	
		Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%
1971	1.628.777.416,42	1.549.462.968,24	95,1	79.314.448,18	4,9
1972	2.008.556.669,78	1.900.261.028,60	94,6	108.275.641,18	5,4
1973	2.739.947.739,28	2.688.252.617,59	98,1	51.695.121,69	1,9
1974	3.658.212.589,65	3.599.311.020,88	98,4	58.901.568,77	1,6
1975	5.281.952.611,64	5.199.648.324,08	98,4	82.304.287,56	1,6

A partir do terceiro ano da série, o produto proporcionado pelas taxas sofreu uma redução acentuada na composição dos ingressos tributários, em decorrência

da extinção da taxa de cooperação para construção de silos e armazéns e da modificação da sistemática de arrecadação da taxa rodoviária única.

Impostos - O recolhimento dos dois impostos de competência do Estado e do imposto de renda retido na fonte atingiu o montante de Cr\$ 5.199.648.324,08, superando em Cr\$ 914.648.324,08 as previsões orçamentárias e em Cr\$ 1.600.337.303,20 a arrecadação alcançada no ano anterior.

Alinham-se, a seguir, os valores previstos e os arrecadados sob esta categoria tributária no ano sob exame:

	Previsão	Arrecadação	Maior arrecadação
Imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos .....	97.500.000,00	114.554.348,52	17.054.348,52
- Imposto de renda retido na fonte .....	37.500.000,00	73.913.852,51	36.413.852,51
Imposto sobre circulação de mercadorias .....	<u>4.150.000.000,00</u>	<u>5.011.180.123,05</u>	<u>861.180.123,05</u>
	<u>4.285.000.000,00</u>	<u>5.199.648.324,08</u>	<u>914.648.324,08</u>
	=====	=====	=====

Destacando-se como a principal rubrica de recursos do Estado, o imposto sobre circulação de mercadorias produziu ingressos correspondentes a 96,37% da receita de impostos, a 94,87% da receita tributária e a 86,54% da receita geral. Eis como esse tributo evoluiu no último lustro:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1971	1.529.594.969,81	100	-
1972	1.862.817.928,69	122	22
1973	2.618.993.521,38	171	41
1974	3.494.077.947,43	228	33
1975	5.011.180.123,05	327	43

Os índices percentuais evidenciam oscilações apreciáveis no crescimento da arrecadação desse imposto.

Com uma arrecadação de Cr\$ 114.554.348,52, o imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos ultrapassou a previsão orçamentária em Cr\$ 17.054.348,52. É de se realçar o ritmo de crescimento que essa espécie tributária vem apresentando nos últimos anos, o que pode ser apreciado através dos seguintes nú

meros absolutos e relativos:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1971	19.867.998,43	100	-
1972	28.363.474,70	142	42
1973	49.900.055,30	251	76
1974	74.151.433,45	373	48
1975	114.554.348,52	578	54

O imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos do trabalho e da dívida pública pagos pelo Estado proporcionou recursos de ordem de Cr\$73.913.852,51, superando a estimativa orçamentária em Cr\$ 36.413.852,51. O seu comportamento nos últimos cinco anos assim se evidenciou:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1971	8.483.697,98	100	-
1972	9.099.625,22	107	7
1973	19.359.040,91	228	113
1974	31.081.640,00	366	61
1975	73.913.852,51	871	138

Taxas - A partir de 1º de janeiro de 1975, passou a vigorar a Lei nº 6.750, de 29 de outubro de 1974, através da qual as Taxas de Expediente, de Saúde Pública, de Segurança Pública e de Serviços de Trânsito foram unificadas sob a denominação de "Taxa de Serviços Diversos". Com esta providência foi reduzido para a metade o número das taxas cobradas pelo Estado em decorrência de serviço público divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

A arrecadação estimada para o exercício recém-fimado, a exemplo do que ocorreu em 1974, não foi globalmente atingida. O produto obtido foi da ordem de Crf. 82.304.287,56, verificando-se uma menor arrecadação de Crf 4.715.712,44, conforme se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxa de serviços diversos	79.800.000,00	73.597.565,85	- 6.202.434,15
Taxa judiciária .....	7.000.000,00	8.636.292,77	+ 1.636.292,77
Taxa de cooperação-ovinos	220.000,00	170.426,94	- 49.571,06
	87.020.000,00	82.304.287,56	- 4.715.712,44
	=====	=====	=====



Apresenta-se, a seguir, a evolução da receita proporcionada pelas taxas vigentes no último quinquênio, tendo-se em consideração que o valor atribuído à "Taxa de Serviços Diversos", nos exercícios anteriores a 1975, corresponde à soma das espécies objeto de unificação através da já citada Lei nº 6.750/74:

	Ano	Arrecadação	Índice
<b>Taxa judiciária</b>			
	1971	1.914.553,39	100
	1972	2.687.635,91	140
	1973	3.729.696,55	194
	1974	5.795.198,00	302
	1975	8.536.292,77	446
<b>Taxa de cooperação-ovinos</b>			
	1971	86.908,46	100
	1972	89.778,94	80
	1973	102.166,76	117
	1974	118.972,32	136
	1975	170.428,94	196
<b>Taxe de serviços diversos</b>			
	1971	27.199.794,20	100
	1972	36.392.443,53	133
	1973	45.732.631,32	168
	1974	52.987.398,45	194
	1975	73.597.565,85	270

Contribuição de melhoria - Desde a sua instituição, através da Lei nº 5.907, de 24 de dezembro de 1969, este tributo não vem sendo lançado nem cobrado por falta de regulamentação do mencionado diploma legal. Vem integrando o elenco de previsão das receitas orçamentárias, durante todos esses anos, com estimativas meramente simbólicas. No exercício de 1975, seu valor foi orçado em Cr\$ 1.000,00.

#### RECEITA PATRIMONIAL

A renda patrimonial obtida em 1975 cifrou-se em Cr\$ 243.354.679,94, verificando-se um excesso de arrecadação de Cr\$ 39.408.679,94 em relação à estimativa

Em comparação com o arrecadado no ano anterior, a receita patrimonial apresenta um incremento de 124,13% e assim se sintetiza:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas imobiliárias	726.000,00	4.968.113,79	+ 4.242.113,79

Participações e dividendos .	203.000.000,00	238.384.819,93	+ 35.384.819,93
Outras receitas patrimoniais	<u>220.000,00</u>	<u>1.746,22</u>	- <u>218.253,78</u>
	203.946.000,00	243.354.679,94	+ 39.408.679,94
	*****	*****	*****

Como receitas imobiliárias classificam-se os rendimentos originários de "aluguéis de imóveis" e "foros e leudêmios", com as parcelas de Cr\$ 83.916,74 e Cr\$ 4.884.197,05, respectivamente, tendo ambas as rubricas ultrapassado as suas estimativas orçamentárias. Sob a denominação de "exploração de terras a matos" não se verificou nenhuma receita.

Em participações e dividendos reúnem-se os dividendos recebidos em decorrência da participação do Estado no capital das seguintes entidades:

Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	184.069.101,27
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	9.764.892,49
Petróleo Brasileiro S.A. ....	5.225.605,03
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) .....	939.065,25
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	171.072,00
Indústria de Celulose Borregaard S.A. ....	1.093.140,60
Banco Sul Brasileiro S.A. ....	167,04

Incluem-se, ainda, nesta rubrica, os rendimentos resultantes das aplicações do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual e da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., nos montantes de Cr\$ 35.937.387,13 e Cr\$ 1.184.468,92, respectivamente.

A parcela de Cr\$ 1.746,22, escriturada em "outras receitas patrimoniais", refere-se a juros de depósitos especiais auferidos no exercício.

#### RECEITA INDUSTRIAL

Os ingressos proporcionados pelos estabelecimentos industriais do Estado somaram, no exercício sob exame, Cr\$ 2.650.180,46, apresentando, em confronto com as respectivas previsões, uma receita a menor de Cr\$ 4.862.819,54, pois das sete unidades contempladas no orçamento, apenas quatro acusaram receitas. Apesar disso, verificou-se um incremento de Cr\$ 1.257.452,86, ou seja, 89,64% sobre o montante arrecadado em 1974.

Segue-se a discriminação das unidades que apresentaram rendimentos, em confronto com as respectivas previsões:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Hospital Psiquiátrico São Pedro ....	2.000.000,00	2.377.592,97	+ 377.592,97
Instituto de Pesquisas Biológicas ..	350.000,00	5.149,00	- 344.851,00
Laboratório Farmacêutico do Estado .	900.000,00	22.438,49	- 877.561,51
Produto da venda da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça .....	<u>190.000,00</u>	<u>255.000,00</u>	+ <u>65.000,00</u>
	3.440.000,00	2.660.180,46	- 779.819,54
	*****	*****	*****

As três unidades restantes, cuja estimativa era de Cr\$ 4.083.000,00, não produziram ou retiveram suas rendas, aplicando-as no atendimento de suas despesas, em flagrante violação às normas gerais de direito financeiro. Essas unidades alinham-se a seguir, acompanhadas dos respectivos valores orçados:

Superintendência dos Serviços Penitenciários .....	413.000,00
Produção de bens e serviços da Secretaria de Agricultura	2.970.000,00
Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura .	<u>700.000,00</u>
	4.083.000,00
	*****

A regularização da renda industrial da Secretaria de Agricultura, deveria ter sido feita em 1975, em virtude da criação do Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário, operada pela Lei nº 6.857, de 31 de dezembro de 1974, que carece de regulamentação.

#### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As receitas transferidas ao Estado, destinadas a dar cobertura a despesas correntes, totalizaram Cr\$ 192.492.600,43, ultrapassando o montante orçado em Cr\$ 74.313.600,43.

Os ingressos desta fonte assim se desdobram:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Quota-parte da Taxa-Rodoviaría Única .....	34.500.000,00	47.925.817,32	+ 13.425.817,32

Compensação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias			
Convênio nº AE/1-73	-	83.847.079,20	+ 83.847.079,20
Convênio nº AE/2-74	-	13.263.947,51	+ 13.263.947,51
Contribuição da União-Salário-Educação .....	30.000.000,00	-	- 30.000.000,00
Contribuição dos Municípios			
Para o empréstimo externo 1927 .....	160.000,00	-	- 160.000,00
Para o empréstimo externo de Pelotas .....	60.000,00	-	- 60.000,00
Contribuição de melhoria de proventos de servidores inativos .....	5.000.000,00	399.759,80	- 4.600.240,20
Contribuição do Departamento de Loteria do Estado .....	3.259.000,00	5.579.106,22	+ 2.320.106,22
Salário-Educação estadual .....	45.200.000,00	41.476.890,38	- 3.723.109,62
	<u>118.179.000,00</u>	<u>192.492.600,43</u>	<u>+ 74.313.600,43</u>
	*****	*****	*****

O quadro exposto revela que as transferências não previstas no orçamento são as principais responsáveis pela maior arrecadação global desta fonte, as quais têm a seguinte origem: a) compensação, pelo Governo Federal, do imposto sobre circulação de mercadorias, decorrente da redução da base de cálculo nas operações de gado bovino e de carne bovina verde, resfriada ou congelada, bem como de produtos comestíveis derivados de sua matança, conforme Convênio nº AE 1/73, alterado pelo de nº AE-10/74, aprovados, respectivamente, pelos Decretos Legislativos nºs 3.045, de 14 de maio de 1973, e 3.221, de 26 de dezembro de 1974; b) compensação, pelo Governo Federal, do imposto sobre circulação de mercadorias, decorrente da redução da base de cálculo nas operações de saída para o exterior de soja em grão, farelos e torta de soja, conforme Convênio nº AE-2/74, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.164, de 26 de junho de 1974.

Dentre as transferências objeto de previsão orçamentária, verifica-se que duas especificações apresentam arrecadação superior às suas estimativas, outras duas apresentam receitas inferiores aos quantitativos orçados e, ainda, que três rubricas não acusam qualquer ingresso. Destas últimas, destaca-se a contribuição da U-

nião relativa ao salário-educação que, desde a sua criação, através de Lei federal nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, vem sendo recebida e aplicada diretamente pela Secretaria de Educação e Cultura, à margem das normas gerais de direito financeiro.

Em 1974, foi elaborado, por este órgão, um anteprojeto de lei, visando à criação do "Fundo Estadual de Educação", cuja instituição evitaría que as apurações contábeis continuassem a ser desfiguradas em consequência da irregularidade apontada. Tal providência, no entanto, não chegou a ser concretizada até a presente data.

#### RECEITAS DIVERSAS

Os ingressos de diversas origens, englobados sob este título, somaram Cr\$ 193.304.428,30, que correspondem apenas a 61,1% da previsão orçamentária estimada em Cr\$ 316.378.000,00.

Segue-se a demonstração do comportamento das diversas rubricas desta fonte, em confronto com suas estimativas:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Multas .....	90.000.000,00	77.174.141,82	- 12.825.858,18
Indenizações e restituições .....	140.148.000,00	67.924.924,50	- 72.223.075,50
Cobrança da dívida ativa	70.000.000,00	43.081.658,35	- 26.918.141,65
Receita de exercícios anteriores .....	300.000,00	398.480,89	+ 98.480,89
Comissões e participações em seguros coletivos ..	100.000,00	-	- 100.000,00
Consignatários .....	1.500.000,00	1.256.579,00	- 243.421,00
Comissão de cobrança da dívida ativa .....	14.000.000,00	58.833,06	- 13.941.166,94
Outras receitas .....	330.000,00	3.409.610,68	+ 3.079.610,68
	<u>316.378.000,00</u>	<u>193.304.428,30</u>	<u>- 123.073.571,70</u>
	=====	=====	=====

Como vem acontecendo nos últimos anos, as multas proporcionaram o maior volume entre as receitas classificadas neste grupo. O seu comportamento, no último quinquênio, é assim evidenciado:

Ano	Arrecadação	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1971	11.162.861,90	-
1972	14.424.174,54	29
1973	32.944.233,35	128
1974	54.925.830,00	66
1975	77.174.141,82	40

O sensível incremento verificado no produto desta rubrica, a partir de 1973, deve-se ao fato de as penalidades impostas aos contribuintes do imposto sobre circulação de mercadorias terem passado a ser classificadas como "multas". Até 27 de fevereiro de 1973, as mencionadas infrações eram cobradas mediante o acréscimo do tributo em questão.

"Indenizações e restituições" vêm logo a seguir, com uma arrecadação de Cr\$ 67.924.824,50, não tendo alcançado a metade de sua estimativa. Registram-se, sob esta denominação, Cr\$ 31.689.560,10, relativos aos débitos da União Federal decorrentes da parcela que lhe compete no pagamento da despesa com a diferença de proventos aos servidores inativos de extinta Viação Férrea do Rio Grande do Sul no exercício em exame. O cancelamento de resíduos passivos responde pelos restantes Cr\$ ..... 36.235.364,40.

A terceira rubrica em ordem de importância dentro do grupo é a "cobrança da dívida ativa", com uma receita de Cr\$ 43.081.858,35. Embora tenha ficado bastante aquém da previsão orçamentária, acusa, em relação ao ano anterior, um incremento da ordem de 53,13%.

Nos últimos cinco anos, a cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa, em relação ao saldo existente no final de cada ano, é demonstrada através dos dados que segue:

Ano	Dívida Ativa	Cobrança da dívida ativa	% da dívida ativa cobrada
1971	198.145.864,96	15.857.070,59	7,9
1972	288.419.580,27	21.465.014,23	7,4
1973	381.113.666,36	30.231.336,04	7,9
1974	703.532.480,69	28.134.922,66	4,0
1975	579.731.598,68	43.081.858,35	7,4

A discordância existente entre os valores relativos a 1975 e o saldo dessas créditos apurado ao término de 1974 decorre dos seguintes fatos:

Saldo em 1974 .....		703.532.480,69	
Mais			
Dívida ativa inscrita em 1975 .....		<u>139.078.397,76</u>	
			842.610.878,45
Menos			
Receita arrecadada em 1975 .....	43.081,858,35		
Créditos cancelados por insubsistentes em 1975	<u>219.797.421,42</u>	<u>262.879.279,77</u>	
Posição da dívida ativa inscrita em 31/12/75 .....			579.731.598,68
			*****

As demais rubricas reunidas neste grupo apresentam ingressos de pequena monta e, sob o título "comissões e participações em seguros coletivos", nada foi registrado.

#### 2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

Representando quase o dobro dos ingressos de igual categoria arrecadados em 1974, as receitas de capital atingiram, em 1975, o montante de Cr\$ ..... 1.617.454.854,85, superando a estimativa orçamentária em Cr\$ 375.810.254,85. Esse fato é devido, em sua maior parte, ao elevado volume de empréstimos realizados.

O produto de operações de crédito cifrou-se em Cr\$ 1.274.012.947,65, ultrapassando em Cr\$ 393.012.947,65 a respectiva previsão. As operações realizadas assim se discriminam:

##### a) Empréstimos em títulos

Empréstimo Lei 6.079/70			
Dec. 20.720, de 27/11/70 .....		62.500,00	
Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465, de 15/12/72			
Dec. 23.031, de 22/3/74 - 2a. série		7.552.588,51	
Dec. 23.262, de 19/8/74 - 5a. série		40.138.800,00	
Dec. 23.879, de 2/6/75 - 8a. série		<u>1.197.526.661,14</u>	1.245.280.549,65

##### b) Empréstimos contratados

Internos

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 49,9 milhões de cruzeiros, contratado em 27/12/74 - Lei 6.284, de 25/10/71 .....	18.910.000,00
Caixa Econômica Federal	
Empréstimo Programa de Integração Social - PIS, contratado em 11/10/74 - Lei 6.284, de 25/10/71 .....	<u>9.000.000,00</u>
	27.910.000,00

Externos

Kreditanstalt für Wiederaufbau

Empréstimo de 10 milhões de marcos alemães, contratado em 19/12/74 - Lei 6.284, de 25/10/71 .....	<u>822.398,00</u>	<u>28.732.398,00</u>
		1.274.012.947,90
		=====

Em ordem de grandeza, seguem-se as transferências de capital oriundas da União Federal, assim especificadas:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Quota-parte do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios .....	140.000.000,00	116.240.888,32	- 23.759.111,68
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica .....	54.096.000,00	66.745.459,64	+ 12.649.459,64
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país .....	12.000.000,00	11.718.419,21	- 281.580,79
Quota-parte da taxa rodoviária única .....	80.500.000,00	111.828.907,11	+ 31.328.907,11
Fundo especial de que trata o item III do artigo 25 da Constituição Federal .....	-	400.000,00	+ 400.000,00
Contribuição da União Federal-Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. 72.062, de 6/4/73 .....	-	<u>30.000.000,00</u>	+ <u>30.000.000,00</u>
	<u>286.596.000,00</u>	<u>336.931.674,28</u>	+ <u>50.335.674,28</u>
	=====	=====	=====

Cumprе ressaltar que os recursos transferidos pela União destinam-se, por força de normais legais, a dar cobertura a despesas específicas.

Completa as transferências de capital a contribuição de Cr\$ 752.981,00 do Departamento de Loteria do Estado. A receita desta rubrica não alcançou a estimativa, quantificada em Cr\$ 990.000,00.



Por último, apresentam-se os ingressos obtidos através da alienação de bens móveis e imóveis, cujo total da Cr\$ 5.757.248,93, está assim constituído:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Produto da realização do ativo do Banco Pelotense .....	60.000,00	68.486,15	+ 8.486,15
Produto da venda de imóveis e de resgate de terrenos reservados .....	1.248.600,00	1.993.872,78	+ 745.272,78
Alienação de veículos, máquinas e materiais obsoletos .....	550.000,00	1.145.970,00	+ 595.970,00
Alienação de ações .....	70.000.000,00	2.546.920,00	- 67.451.080,00
Amortização de empréstimos concedidos .....	1.200.000,00	-	- 1.200.000,00
	<u>73.058.600,00</u>	<u>5.757.248,93</u>	<u>67.301.351,07</u>
	*****	*****	*****

No quadro exposto verifica-se que a menor arrecadação desse grupo deve-se à reduzida receita decorrente da alienação de ações, motivada pela sustação dos títulos representativos da participação do Estado no capital da Petróleo Brasileiro S.A.

Por seu turno, a amortização de empréstimos concedidos não acusa ingressos, em virtude de os financiamentos concedidos pelo Estado e outras entidades públicas haverem sido totalmente saldados.

As demais rubricas apresentam receitas que, embora de reduzida significação, superaram as respectivas previsões.

#### 2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

No ano de 1975, foram realizadas despesas no montante de Cr\$ ..... 7.956.379.236,72, conforme se demonstra:

Créditos ordinários	7.764.672.895,00
Créditos especiais.	<u>191.706.341,72</u>
	<u>7.956.379.236,72</u>
	*****

Anexo ao Balanço Financeiro figura a classificação da despesa por categorias e subcategorias econômicas, elementos e rubricas, de forma consolidada.

O volume II do Balanço Geral é inteiramente dedicado ao detalhamento da

despesa discriminada por órgãos, programas, subprogramas, funções, projetos, atividades, categorias e subcategorias econômicas, elementos e rubricas. Nessa análise é feita a comparação entre as autorizações orçamentárias retificadas e a despesa realizada.

Apresentam-se a seguir os gastos orçamentários desdobrados por órgãos e segundo a natureza dos créditos. O quadro que contém esses dados revela, ainda, o índice percentual da despesa realizada à conta de cada espécie de créditos, bem como a participação de cada órgão no total dos dispêndios.

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS ÓRGÃOS E A NATUREZA DOS CRÉDITOS

Ó R G Ã O S	D E S P E S A R E A L I Z A D A					
	Créditos ordinários	%	Créditos especiais	%	Total	%
Assembleia Legislativa .....	64.645.610,84	98,16	1.213.600,00	1,84	66.059.410,89	0,83
Tribunal de Contas .....	24.521.765,40	100,00	-	-	24.521.765,40	0,31
Poder Judiciário .....	137.225.241,80	98,88	1.549.900,00	1,12	138.775.141,80	1,74
Poder Executivo .....	94.580.921,37	98,24	1.700.000,00	1,76	96.380.921,37	1,21
Secretaria da Justiça .....	51.635.237,61	96,94	1.627.414,54	3,06	53.262.652,15	0,67
Secretaria de Coordenação e Planejamento .....	167.900.336,31	98,23	3.030.000,00	1,77	170.930.336,31	2,15
Secretaria da Fazenda .....	197.450.766,81	100,00	-	-	197.450.766,81	2,48
Secretaria da Agricultura .....	163.666.165,68	100,00	-	-	163.666.165,68	2,06
Secretaria da Indústria e Comércio .....	76.978.559,60	85,55	13.000.000,00	14,45	89.978.559,60	1,13
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações .....	452.448.914,72	100,00	-	-	452.448.914,72	5,69
Secretaria dos Transportes .....	547.408.887,22	100,00	-	-	547.408.887,22	6,88
Secretaria de Educação e Cultura .....	1.662.725.152,33	93,22	120.924.165,48	6,78	1.783.649.317,81	22,42
Secretaria da Saúde .....	216.498.913,96	99,77	500.000,00	0,23	216.998.913,96	2,73
Secretaria do Trabalho e Ação Social .....	59.685.366,79	98,69	795.249,82	1,31	60.480.616,61	0,76
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas .....	142.051.858,24	98,49	2.109.855,28	1,51	145.141.713,52	1,82
Secretaria da Segurança Pública .....	641.749.391,72	99,97	176.156,60	0,03	641.925.548,32	8,07
Secretaria de Administração .....	16.813.827,24	100,00	-	-	16.813.827,24	0,21
Secretaria de Turismo .....	34.588.743,95	100,00	-	-	34.588.743,95	0,43
Encargos Gerais do Estado .....	3.011.897.033,36	98,53	45.000.000,00	1,47	3.056.897.033,36	38,41
	7.764.672.895,00	97,59	191.706.341,72	2,41	7.956.379.236,72	100,00

Através da demonstração apresentada constata-se que 97,59% da despesa foi realizado à conta de créditos ordinários e 2,41% à conta de créditos especiais . Em relação ao ano anterior, no qual 1,17% da despesa foi imputado a autorizações especiais, verifica-se apreciável avanço.

Dentre os órgãos superiores da Administração, sete tiveram sua despesa realizada exclusivamente através de créditos ordinários, um a menos do que no ano anterior.

O mesmo quadro revela, também, que 38,41% da despesa global coube aos Encargos Gerais do Estado, em contraposição aos 49,81% em 1974. Incluem-se nesta classificação, como gastos mais significativos: a transferência aos municípios de 20% da receita do imposto sobre circulação de mercadorias, de que trata o artigo 23, § 8º, da Constituição Federal; o serviço da dívida pública e os proventos de inativos civis e militares.

Segue-se, por ordem de grandeza, a Secretaria de Educação e Cultura com 22,42% do total dos gastos, contra 21,04% no ano anterior. Essa participação encontra-se distorcida em virtude de o "Salário-Educação" não estar incluído no mecanismo orçamentário, como vem ocorrendo desde a sua criação.

Merecem destaque, ainda, a Secretaria da Segurança Pública com a participação de 8,07%, a Secretaria dos Transportes com 6,88% e a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações com 5,89%.

Os demais órgãos concorreram para a formação da despesa geral com índices que variam entre 2,73% e 0,21%.

Uma das classificações mais significativas da despesa é a funcional, que foi objeto de reformulação através da Portaria nº 9, de 28 de janeiro de 1974, do Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que passou a vigorar a partir de 1975.

O desdobramento dos gastos sob esse ângulo é apresentado a seguir, combinado com a classificação econômica.

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

FUNCÕES	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Total	%
0 - Legislativa .....	79.328.752,79	94,82	4.331.693,80	5,18	83.660.446,59	1,05
1 - Judiciária .....	129.540.930,26	90,79	13.139.209,20	9,21	142.680.139,46	1,79
2 - Administração Superior e Planejamento Global .....	779.383.745,37	56,70	595.169.675,57	43,30	1.374.553.420,94	17,28
3 - Agricultura, Abastecimento e Organização Agrária .....	142.876.361,88	80,06	35.586.653,80	19,94	178.463.015,68	2,24
4 - Comunicações .....	-	-	51.999.298,00	100,00	51.999.298,00	0,56
5 - Defesa Nacional e Segurança Pública .....	600.935.924,37	95,93	25.499.895,29	4,07	626.435.819,66	7,87
6 - Desenvolvimento Regional .....	1.107.664.159,77	94,21	68.117.005,29	5,79	1.175.781.165,06	14,78
7 - Educação e Cultura .....	1.659.130.661,87	91,45	155.125.481,29	8,55	1.814.256.143,16	22,80
8 - Energia e Recursos Minerais .....	1.489.210,15	0,37	403.439.090,42	99,63	404.928.300,57	5,09
9 - Habitação e Urbanismo .....	3.502.985,94	64,36	1.940.000,00	35,64	5.442.985,94	0,07
10 - Indústria, Comércio e Serviços .....	55.098.121,51	17,26	264.044.802,09	82,74	319.142.923,60	4,01
11 - Justiça .....	90.506.047,91	92,40	7.445.703,84	7,60	97.951.751,75	1,23
12 - Saúde e Saneamento .....	223.037.338,88	80,56	53.806.603,74	19,44	276.843.942,62	3,48
13 - Trabalho, Assistência e Previdência .....	772.709.207,61	98,68	10.370.451,51	1,32	783.079.659,12	9,84
14 - Transporte .....	199.212.368,70	31,11	427.947.855,87	68,89	627.160.224,57	7,81
<b>T O T A L .....</b>	<b>5.838.415.817,01</b>	<b>73,36</b>	<b>2.117.953.419,71</b>	<b>26,62</b>	<b>7.956.379.236,72</b>	<b>100,00</b>

Mais da metade da despesa coube a três funções, a saber: Educação e Cultura com 22,8%, Administração Superior e Planejamento Global com 17,28% e Desenvolvimento Regional com 14,78%.

Destacam-se, ainda, as funções: Trabalho, Assistência e Previdência com 9,84%, Defesa Nacional e Segurança Pública com 7,87%, Transporte com 7,81% e Energia e Recursos Minerais com 5,09%.

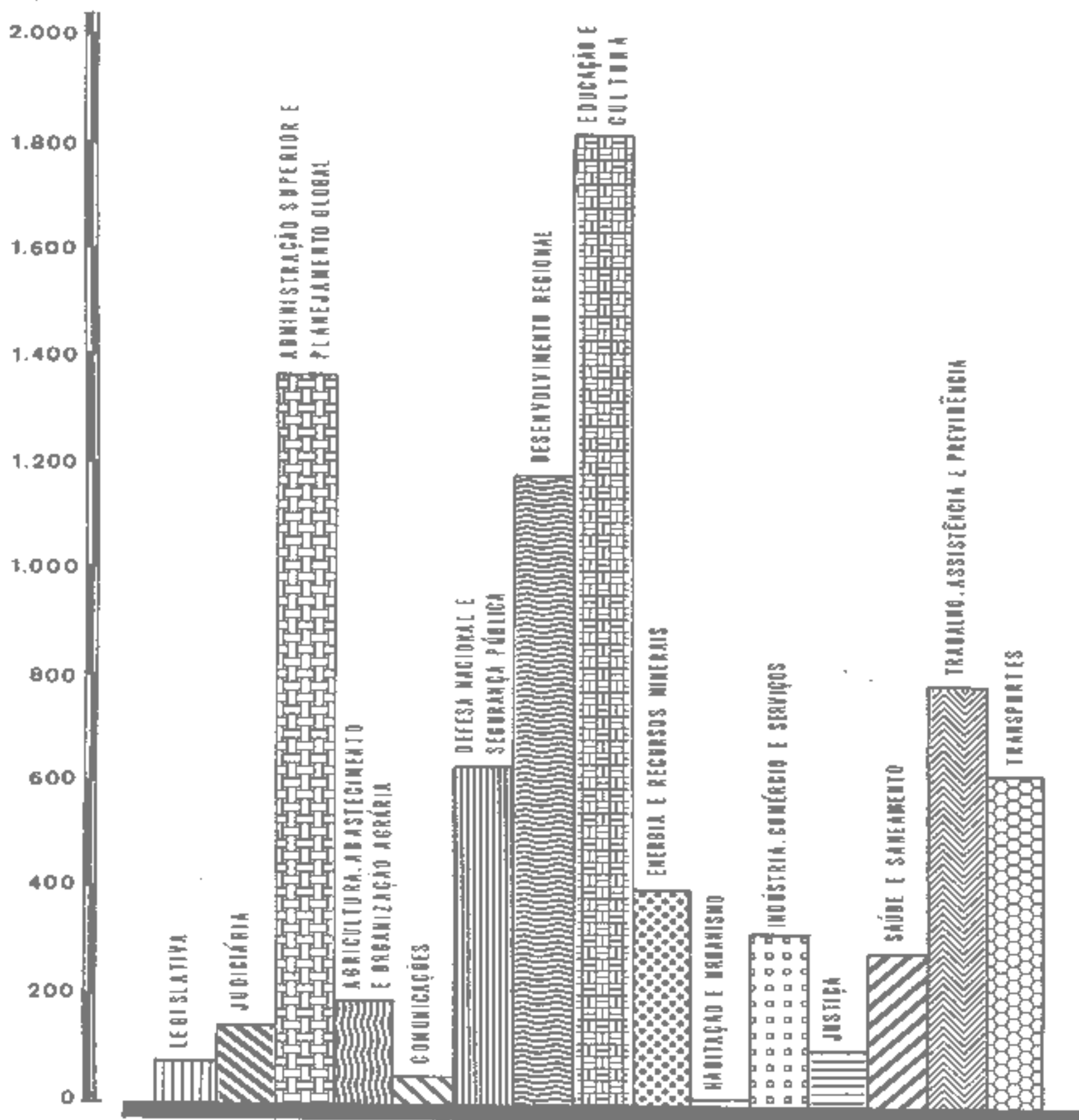
As oito funções restantes respondem por uma participação que oscila entre 4,01% e 0,07%.

A distribuição da despesa por funções pode ser melhor visualizada através do gráfico que segue.

# DESPA ORÇAMENTÁRIA

POR FUNÇÕES

MILHÕES DE  
CR\$



A análise da despesa por elementos permite avaliar o instrumental utilizado pelo Estado na execução de seus programas.

Dada a excessiva especificação da despesa sob esse ângulo, apresenta-se a seguinte síntese:

	Cr\$	%
Pessoal .....	2.410.610.474,56	30,30
Material de Consumo .....	138.628.745,42	1,74
Serviços de Terceiros .....	222.975.842,81	2,80
Encargos Diversos .....	439.651.497,16	5,53
Subvenções Sociais .....	187.550.147,84	2,36
Inativos .....	615.146.289,54	7,73
Juros da Dívida Pública .....	151.123.364,15	1,90
Diversas Transferências Correntes .....	1.451.632.493,99	18,24
Outros Elementos de Despesas Correntes.	221.096.961,54	2,78
Obras Públicas .....	261.884.590,13	3,29
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades In- dustriais e Agrícolas .....	462.681.597,90	5,81
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Co- merciais ou Financeiras .....	148.035.330,00	1,86
Amortização da Dívida Pública .....	494.718.391,87	6,22
Contribuições Diversas .....	594.050.043,92	7,47
Outros Elementos de Despesas de Capital	<u>156.593.465,88</u>	<u>1,97</u>
	<u>7.956.379.236,72</u>	<u>100,00</u>
	*****	*****

Pelo exposto, verifica-se que os total de vinte e quatro elementos, treze respondem por 95,25% da despesa global, restando aos outros onze 4,75%.

Segundo dispõe a Constituição Federal no artigo 64, as despesas com pessoal terão seus limites fixados em lei complementar. Essa disposição, no entanto, ainda não foi regulamentada.

Os gastos classificados no elemento "pessoal", em comparação com as receitas correntes, nos últimos cinco anos, assim se apresentam:

Ano	Despesa do elemento Pessoal	Receitas Correntes	Porcentagem da despesa com pessoal sobre as receitas correntes
1971	703.737.388,15	1.766.399.089,80	40



1972	789.840.835,24	2.298.182.339,60	35
1973	1.083.968.336,83	3.111.617.831,23	35
1974	1.506.578.789,00	4.070.295.636,84	37
1975	2.410.610.474,56	5.913.764.500,77	41

Afora essas despesas, existem outras classificadas no elemento "serviços de terceiros", que correspondem à remuneração de encarregados dos serviços de limpeza e higiene, de profilaxia e de assistência social, também se constituindo em gastos com pessoal. Tal anomalia vem sendo sanada, prevendo-se para o próximo ano sua total regularização.

#### CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

O confronto da despesa fixada com a realizada fornece dados de alta valia para o julgamento das contas governamentais sob o aspecto legal. Outrossim, propicia informações úteis para a orientação de atividades futuras.

Em face da adoção, a partir do exercício sob exame, de nova classificação funcional-programática, a estrutura das tabelas, anexas ao orçamento, relativas à despesa foi objeto de profundas modificações.

As limitações quantitativas, em face das mencionadas alterações estruturais, também mudaram de enfoque. Assim, passaram a representar tetos máximos para a realização dos gastos os quantitativos atribuídos aos projetos e/ou atividades pertencentes à categoria econômica "Despesas de Capital", bem como aos elementos, a teor do disposto no artigo 3º da Lei de Meios para 1975.

Por outro lado, o orçamento deixou de detalhar a despesa a nível de rubrica, o que foi feito na fase da execução dos gastos, em obediência ao que preceitua o parágrafo único do artigo 3º do mencionado diploma legal.

As demonstrações que integram o segundo volume do Balanço Geral compararam a despesa fixada com a realizada. Esse confronto revela que nenhuma das dotações com funções limitativas foi ultrapassada pela despesa que lhe foi imputada.

Segue-se a confrontação sintética da despesa autorizada com a realizada, segundo a natureza dos créditos.

Despesa por créditos ordinários - As dotações contidas no orçamento ini

cial, no valor de Cr\$ 8.758.891.600,00, foram elevadas para Cr\$ 8.016.774.431,61, por força das alterações legalmente decretadas. Essas alterações foram objeto de detalhada análise no primeiro capítulo desta exposição.

A execução orçamentária à conta das autorizações ordinárias assim se resume:

Créditos ordinários	8.016.774.431,61
Despesa realizada .	<u>7.764.672.895,00</u>
Saldo .....	254.101.536,61
	=====

Essas economias representam apenas 3,0% do valor dos créditos ordinários, fato que merece atenção, porquanto se constitui no mais baixo índice dos últimos cinco anos, conforme se demonstra:

	1971	1972	1973	1974	1975
Saldos verificados (em milhares de cruzeiros)	249.908	251.162	370.629	434.614	254.101
Porcentagem em relação à despesa fixada .....	11,6%	9,0%	9,4%	7,9%	3,0%

Os saldos das dotações não utilizados são assim distribuídos:

Assembléia Legislativa .....	2.427.926,78
Tribunal de Contas .....	1.342.234,60
Poder Judiciário .....	2.012.687,23
Poder Executivo .....	4.297.149,87
Secretaria da Justiça .....	7.180.607,71
Secretaria de Coordenação e Planejamento .....	20.728.478,59
Secretaria da Fazenda .....	4.880.641,15
Secretaria da Agricultura .....	19.679.357,05
Secretaria de Indústria e Comércio .....	25.304.641,58
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações .....	2.017.812,19
Secretaria dos Transportes .....	29.399.352,59
Secretaria de Educação e Cultura .....	76.970.071,30
Secretaria da Saúde .....	1.474.230,96
Secretaria do Trabalho e Ação Social .....	5.555.060,20
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	13.689.427,21
Secretaria da Segurança Pública .....	4.560.727,54
Secretaria da Administração .....	4.314.738,84
Secretaria de Turismo .....	1.951.641,18
Encargos Gerais do Estado .....	<u>26.314.750,24</u>
	254.101.536,61
	=====

Despesas por créditos especiais - As autorizações especiais de despesa somaram Cr\$ 251.058.204,80. À conta das mesmas foram realizados gastos no valor de Cr\$ 191.706.341,72. O saldo de Cr\$ 59.351.863,08 prescreve no final do exercício, constituindo-se em economia.

#### EVOLUÇÃO DA DESPESA

Através da demonstração que segue, evidencia-se o comportamento da despesa classificada por elementos nos últimos cinco anos. Deixa-se de apresentar a evolução dos gastos desdobrados segundo as funções por falta de comparabilidade, uma vez que em 1975 foi alterado esse critério de classificação. É omitida, também, a evolução da despesa segundo a natureza dos créditos, dada sua escassa representatividade, em face do reduzido valor da despesa realizada à conta de créditos especiais, apresentando-se com menos de 2,5% do total dos dispêndios.

Examinando-se dito quadro, constata-se que dez elementos apresentam, em 1975, índices de crescimento superiores ao da despesa geral. Dentre tais especificações destacam-se: Constituição de Fundos Rotativos, Obras Públicas e Encargos Diversos.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTOS

	Números absolutos, em milhares de Cr\$						Números relativos				
	1971	1972	1973	1974	1975		1971	1972	1973	1974	1975
Pessoal .....	703.737	789.641	1.083.960	1.506.579	2.410.610		100	112	154	214	342
Material de Consumo .....	43.811	55.345	84.690	106.414	138.629		100	126	193	242	316
Serviços de terceiros .....	57.297	86.197	175.155	165.900	222.976		100	150	210	290	389
Encargos Diversos .....	35.548	110.575	242.125	314.137	439.552		100	310	652	883	1.276
Despesas de Exercícios Anteriores .....	9.918	16.396	50.863	56.957	75.565		100	165	512	574	761
Subvenções Sociais .....	56.254	80.826	105.191	166.860	187.550		100	143	186	296	333
Subvenções Econômicas .....	-	1.400	-	-	-		-	-	-	-	-
Inativos .....	215.964	234.544	316.042	403.575	615.140		100	108	146	186	284
Pensionistas .....	8.016	9.602	13.150	17.978	27.352		100	112	164	224	341
Abono familiar .....	6.904	8.349	13.831	20.637	29.541		100	119	198	295	422
Juros da Dívida Pública .....	31.583	34.960	52.260	74.302	151.123		100	110	165	235	478
Contribuições de Previdência Social .....	10.304	28.317	51.942	58.332	88.639		100	255	504	566	860
Diversas Transferências Correntes .....	413.850	494.912	674.078	908.723	1.451.633		100	119	162	219	350
Obras Públicas .....	9.972	36.014	128.886	153.572	261.885		100	361	1.292	1.540	2.626
Serviços em Regime de Programação Especial .....	7.672	4.721	22.367	72.381	28.117		100	61	291	943	366
Equipamentos e Instalações .....	8.797	35.394	20.254	37.065	11.267		100	402	230	421	128
Material Permanente .....	17.714	8.951	13.088	13.981	12.064		100	70	102	109	94
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas .....	52.834	158.587	252.595	336.828	462.682		100	300	478	641	875
Aquisição de Imóveis .....	875	1.141	7.804	13.836	11.208		100	130	891	1.581	1.280
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras .....	38.420	59.161	47.861	64.725	146.035		100	153	124	168	385
Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento .....	2.650	536	11.605	74.695	90.496		100	186	437	931	3.414
Constituição de Fundos Rotativos .....	-	4.943	-	3.000	-		-	-	-	-	-
Diversas Inversões Financeiras .....	54.114	63.899	60.597	166.479	494.718		100	118	111	307	914
Amortização da Dívida Pública .....	12.721	3.412	3.319	5.630	1.840		100	26	26	45	14
Auxílios para Obras Públicas .....	-	-	2.500	3.430	1.601		-	-	-	-	-
Auxílios para Equipamentos e Instalações .....	163.905	259.431	298.604	417.389	534.050		100	154	182	254	362
Contribuições Diversas .....	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Despesa geral .....	1.957.845	2.578.599	3.672.501	5.115.695	7.956.379		100	131	187	261	406

2.1.3 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

A execução orçamentária, sob o aspecto da classificação econômica, assim se resume:

	Receita	Despesa
Orçamento Corrente .	5.913.764.500,77	5.838.415.817,01
Orçamento de Capital	1.617.454.854,85	2.117.963.419,71
Deficit Financeiro	<u>425.159.881,10</u>	<u>-</u>
	7.956.379.236,72	7.956.379.236,72
	*****	*****

O resultado negativo apurado pode ser decomposto na forma que segue:

a) Orçamento Corrente

Receitas Correntes

Receita Tributária .....	5.281.952.611,64	
Receita Patrimonial ....	243.354.679,94	
Receita Industrial .....	2.660.180,46	
Transferências Correntes	192.492.600,43	
Receitas Diversas .....	<u>193.304.428,30</u>	5.913.764.500,77

Despesas Correntes

Despesas de Custeio ....	3.287.431.932,76	
Transferências Correntes	<u>2.550.983.884,25</u>	<u>5.838.415.817,01</u>

Superavit do Orçamento Corrente .....		75.348.683,76
		*****

b) Orçamento de Capital

Despesas de Capital

Investimentos .....	776.014.152,85	
Inversões Financeiras ..	249.739.831,07	
Transferências de Capital	<u>1.092.209.435,79</u>	2.117.963.419,71

Receitas de Capital

Operações de Crédito ...	1.274.012.947,65	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis .....	5.757.248,93	
Transferências de Capital	<u>337.684.658,27</u>	<u>1.617.454.854,85</u>

Deficit do Orçamento de Capital .....		500.508.564,86
		*****

A soma algébrica dos resultados parciais demonstrados conduz ao resultado global, a saber:

Deficit do Orçamento de Capital .....	500.508.564,86
Menos: Superavit do Orçamento Corrente .....	<u>75.348.683,76</u>
Deficit financeiro do exercício .....	425.159.881,10
	*****

Comparando-se o resultado positivo do orçamento corrente, no valor de Cr\$ 75.348.683,75, com o apurado no ano anterior, na quantia de Cr\$ 269.820.660,63, verifica-se uma deterioração da ordem de Cr\$ 194.471.976,87.

O demonstrativo que segue evidencia de forma diversa a apuração que se acaba de expor.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

RECEITA	Cr\$	Cr\$	DESPESA	Cr\$	Cr\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
Receita Tributária .....	5.281.952.611,64		Despesas de Custeio .....	3.287.431.932,76	
Receita Patrimonial .....	243.354.679,94		Transferências Correntes	2.550.983.884,25	5.838.415.817,01
Receita Industrial .....	2.660.180,45				
Transferências Correntes,	192.482.600,43		Superavit .....		75.348.683,76
Receitas Diversas .....	193.304.428,30	5.913.764.500,77			
		5.913.764.500,77			5.913.764.500,77
Superavit do Orçamento					
Corrente .....		75.348.683,76			
			<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			Investimentos .....	776.014.152,85	
Operações de Crédito .....	1.274.012.947,65		Inversões Financeiras ..	249.739.831,07	
Alienação de Bens Móveis			Transferências de Capital	1.092.209.435,79	2.117.963.419,71
e Imóveis .....	5.757.248,93				
Transferências de Capital	337.684.658,27	1.617.454.854,85			
Deficit .....		424.159.881,10			
		2.117.963.419,71			2.117.963.419,71

## 2.1.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O resultado financeiro do exercício de 1975 assim se sintetiza:

Despesa realizada .....	7.956.379.236,72
Receita realizada .....	<u>7.531.219.355,82</u>
Deficit financeiro .....	425.159.881,10
	=====

Esse resultado equivale a 91,64% do deficit presumível demonstrado no capítulo inicial, constatando-se uma pequena recuperação.

O deficit verificado pode desdobrar-se segundo as três classes de componentes das quais deriva, de acordo com o critério adotado para a determinação do resultado presumível do exercício. Dessa forma evidencia-se a origem desse resultado, observadas as vinculações legais e técnicas daquelas componentes. Eis a demonstração:

### RECEITA REALIZADA

I Fundo Geral .....	4.478.302.772,43
---------------------	------------------

### II Fundos Especiais

Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios ...	980.127.826,26
Parcela de 20% da compensação da menor receita do imposto sobre circulação de mercadorias, conforme convênio nº AE-1/73 .....	16.768.415,84
Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias cobrado em Dívida Ativa .....	6.623.368,95
Taxa rodoviária Única	
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES .....	45.528.526,46
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	63.072.535,28
Parcela destinada aos Municípios	45.051.810,91
Parcela relativa ao atendimento dos serviços executados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO .....	6.098.851,78



Contribuição do Departamento da Loteria do Estado .....	5.579.106,22	
Receita escritural resultante do cancelamento, nos termos do Dec. Legisl. 3.142/74, de auxílios concedidos e não processados, classificada na rubrica "indenizações e restituições" .....	434.830,00	
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica .....	66.745.459,64	
União Federal - Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. 72.062, de 6/4/73 ..	30.000.000,00	
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país .....	11.718.419,21	
Auxílios do Departamento da Loteria do Estado .....	752.983,99	
Auxílio especial da União Federal de que trata o item III do artigo 25 da Constituição Federal..	<u>400.000,00</u>	1.278.904.135,54

### III Operações de Crédito

Operações de crédito realizadas conforme discriminação constante na Análise da Receita .....		<u>1.274.012.947,65</u>
		7.531.219.355,62
		=====

### DESPESA REALIZADA

#### I - Com cobertura em recursos do Fundo Geral da competência do exercício

à conta de créditos ordinários	5.146.452.623,03	
à conta de créditos especiais,	<u>28.611.712,19</u>	5.175.064.335,22
		=====

#### II - Com cobertura em recursos dos Fundos Especiais

##### a) da competência do exercício

à conta de créditos ordinários .....	1.272.239.200,13	
à conta de créditos especiais .....	<u>5.000.000,00</u>	1.277.239.200,13

##### b) da competência de exercícios anteriores

à conta de créditos ordinários .....		<u>80.968.124,19</u>
		1.356.207.324,32
		=====

III\ - Com cobertura em recursos de operações de crédito	
à conta de créditos ordinários .....	1.265.012.947,64
à conta de créditos especiais .....	<u>158.094.629,53</u>
	1.423.107.577,18
	=====

Confrontando-se os recursos de cada classe com as despesas realizadas

à conta dos mesmos, apuram-se os seguintes resultados parciais:

I - Resultado da gestão do Fundo Geral	
Despesa realizada à conta dos recursos da competência do exercício .....	5.175.064.335,22
Receita realizada .....	<u>4.978.302.272,43</u>
Deficit da gestão do Fundo Geral .....	196.762.062,79
	=====
II - Resultado da gestão dos Fundos Especiais	
Despesa realizada à conta dos recursos da competência do exercício .....	1.358.207.324,32
Receita realizada .....	<u>1.278.904.135,54</u>
Deficit da gestão dos Fundos Especiais .....	79.303.188,78
	=====
III - Resultado da gestão dos recursos de operações de crédito	
Despesa realizada .....	1.423.107.577,18
Receita realizada .....	<u>1.274.012.947,65</u>
Deficit da gestão de operações de crédito .....	149.094.629,53
	=====

O resultado financeiro global é reconstituído através da conjugação dos resultados parciais, a saber:

Deficit da gestão do Fundo Geral .....	196.762.062,79
Deficit da gestão dos Fundos Especiais .....	79.303.188,78
Deficit da gestão de operações de crédito .....	<u>149.094.629,53</u>
Deficit financeiro do exercício .....	425.159.881,10
	=====

## 2.2.0 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Com o exame das entradas e saídas financeiras que se processam independentemente da Lei de Meios, exaure-se a apreciação das operações contempladas no Balanço Financeiro.

Ditas entradas e saídas financeiras constam na mencionada peça técnica como segue:

### RECEITA

Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada) .....	549.433.128,53
Serviços da Dívida a Pagar .....	620.765.379,10
Depósitos .....	385.010.021,64
Débitos de Tesouraria .....	3.817.306.370,43
Outras operações .....	<u>2.029.955.969,60</u>
	7.402.480.869,90
	*****

### DESPESA

Restos a Pagar .....	414.920.697,70
Serviço da Dívida a Pagar .....	630.656.756,62
Depósitos .....	348.057.248,89
Débitos de Tesouraria .....	3.667.678.038,37
Outras operações .....	<u>1.985.222.189,88</u>
	7.046.535.128,46
	*****

As operações sob exame são detalhadas no anexo ao Balanço Financeiro denominado "Demonstração das Operações Extra-Orçamentárias".

Esses mesmos fatos podem ser grupados de forma diversa de que já foi exposta. De acordo com este outro critério, as operações são aglutinadas segundo os fatos de que se originam e os efeitos que produzem na composição do patrimônio financeiro, a saber:

### RECEITA

Recebimento de Créditos .....	955.596.806,79
-------------------------------	----------------

Formação de Dívidas .....	<u>6.446.884.062,51</u>
	7.402.480.869,30
	=====

DESPESA

Formação de Créditos .....	1.012.326.472,12
Pagamento de Dívidas .....	<u>6.034.208.654,34</u>
	7.046.535.126,46
	=====

2.3.0 - REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA SOBRE O  
PATRIMÔNIO FINANCEIRO

A receita e a despesa orçamentárias e extra-orçamentárias constituem, no seu conjunto, o universo da gestão financeira.

Embora analisadas separadamente, as duas ordens de fatos em questão a apresentam profundo entrelaçamento.

A influência do conjunto dessas operações sobre o patrimônio financeiro pode ser dividida através da conjugação das variações quantitativo-qualitativas.

Eis a demonstração:

Nas disponibilidades

Situação final .....	81.775.675,40
Situação inicial .....	<u>150.989.813,66</u>
Diminuição de disponibilidades ...	69.214.138,26
	=====

No ativo realizável

Formação de créditos .....	1.012.326.472,12
Recebimento de créditos .....	<u>955.596.806,79</u>
Aumento de créditos .....	56.729.665,33
	=====

Na dívida flutuante

Formação de dívidas .....	6.446.884.062,51
Pagamento de dívidas .....	<u>6.034.208.654,34</u>
Aumento de dívidas .....	412.675.408,17
	=====

A soma algébrica dessas variações conduz ao resultado financeiro do e  
 xercício, como se vê:

Variações passivas		
Diminuição de disponibilidades ...	69.214.138,26	
Aumento de dívidas .....	<u>412.675.408,17</u>	481.889.546,43
Variações ativas		
Aumento de créditos .....		<u>56.729.685,33</u>
Deficit financeiro do exercício .....		425.159.861,10
		=====

O fato de o deficit apurado resultar exclusivamente da gestão orçamen-  
 tária comprova a obediência ao princípio de que o patrimônio financeiro só pode va-  
 riar quantitativamente em função das operações orçamentárias.

### 3 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é o documento que demonstra os elementos constitutivos de substância e da contra-substância patrimonial. Esta peça desdobra o patrimônio em dois grupos: o financeiro e o permanente.

No primeiro grupo reúnem-se as disponibilidades, os créditos e os valores realizáveis, como componentes positivos, e os restos a pagar, o serviço de dívida a pagar, os depósitos de terceiros e os débitos de tesouraria, como elementos negativos.

A área permanente compreende, no ativo, os bens de uso especial, as participações, os créditos de lenta realização, os valores ativos em liquidação, os fundos de financiamento e de aumento de capital e os estoques de material e, no passivo, a dívida fundada interna e externa.

O patrimônio financeiro, cuja situação líquida é negativa, assim se desdobra:

#### Passivo

Restos a Pagar .....	647.447.120,98	
Serviço da Dívida a Pagar	62.480.372,78	
Depósitos .....	79.203.241,38	
Débitos de Tesouraria ...	851.632.331,80	
Diversos .....	<u>301.976.964,37</u>	1.942.740.031,31

#### Ativo

Disponível .....	63.781.791,88	
Vinculado .....	17.993.883,52	
Realizável .....	<u>341.064.840,63</u>	<u>422.840.516,03</u>

Passivo financeiro descoberto .....

1.519.899.515,28

=====

As variações quantitativas de que foi passível o patrimônio financeiro decorram, na sua totalidade, de operações orçamentárias. Por esse motivo, o descoberto financeiro deteriorou-se em equivalência ao déficit financeiro, conforme se demonstra:

Passivo financeiro descoberto em 31/12/74 .	1.094.739.634,18
Deficit resultante da execucao orçamentária	<u>429.159.881,10</u>
Passivo financeiro descoberto em 31/12/75 .	1.519.899.515,28
	=====

Situação inversa apresenta o patrimônio permanente, a saber:

Ativo

Bens Móveis .....	226.899.914,13	
Bens Imóveis .....	665.793.117,81	
Bens de Natureza Industrial	8.316.098,91	
Créditos .....	581.835.104,95	
Participações .....	3.623.456.030,00	
Diversos .....	<u>269.279.856,71</u>	5.375.580.122,51

Passivo

Dívida Fundada Interna ..	1.893.672.300,69	
Dívida Fundada Externa ..	<u>97.213.295,99</u>	<u>1.990.885.596,68</u>
Ativo permanente líquido .....		3.384.694.525,83
		=====

A situação líquida global é obtida mediante a conjugação das situações líquidas parciais, como segue:

Ativo permanente líquido .....	3.384.694.525,83
Passivo financeiro descoberto .....	<u>1.519.899.515,28</u>
Ativo Real Líquido .....	1.864.795.010,55
	=====

O Balanço Patrimonial espelha, ainda, as chamadas contas de compensação, que representam as garantias dadas e recebidas pelo Estado, os valores em depósito, os valores nominais emitidos e outras situações que mediate ou indiretamente possam vir a afetar o patrimônio real. Tais contas podem ser assim grupadas:

Valores em poder de terceiros	181.401.116,25
Valores de terceiros .....	36.739.238,72
Valores nominais emitidos ...	989.026.375,45
Valores e obrigações diversos	<u>4.160.332.560,39</u>
	5.367.499.288,81
	=====

### 3.1.0 - ATIVO DO ESTADO

Os componentes positivos do patrimônio são analisados a seguir, segundo os dois grupos em que se repartem.

#### 3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

O ativo financeiro somou, no final de 1975, Cr\$ 422.840.516,03, verificando-se uma redução, em relação ao ano anterior, da ordem de Cr\$ 12.484.472,93, como se vê na comparação que segue:

	1974	1975	Varição
Disponível	126.676.583,28	63.781.791,88	- 62.894.791,40
Vinculado	24.313.230,38	17.993.883,52	- 6.319.346,86
Realizável	<u>284.335.175,30</u>	<u>341.064.840,63</u>	+ <u>56.729.665,33</u>
	435.324.988,96	422.840.516,03	- 12.484.472,93
	*****	*****	*****

As disponibilidades distribuem-se pelas seguintes contas:

Caixa .....	10.853.025,73
Bancos .....	45.419.736,75
Exatorias .....	3.785.402,13
Coordenadorias Regionais de Arrecadação	3.695.627,27
Remessas de Exatores .....	<u>28.000,00</u>
	63.781.791,88
	*****

No ativo realizável registram-se os créditos e valores conversíveis em espécie, independentemente de autorização legislativa especial, que assim se especificam:

Devedores .....	292.318.857,12
Responsáveis .....	116.776,29
Prefeituras, c/Devedoras .....	3.762.609,68
Suprimentos Autorizados .....	2.662.622,05
Valores do Estado .....	<u>42.203.975,49</u>
	341.064.840,63
	*****



Os elementos integrantes do ativo financeiro encontram-se detalhados nos quadros que ilustram o Balanço Patrimonial. NO entanto, para maior clareza, serão examinadas, a seguir, as contas compreendidas no ativo realizável, quanto à sua origem e ao seu conteúdo.

No grupo "Devedores" registraram-se débitos de terceiros de diversas origens, salientando-se os seguintes: Cr\$ 101.675.859,63 da Banriul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativos ao Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual; Cr\$ 96.313.693,76 da União Federal, referentes a parte dos proventos dos servidores ferroviários inativos pagos pelo Estado nos anos de 1970 a 1975, de conta da mesma; e Cr\$ 23.089.157,28 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, correspondentes ao valor retido do produto da taxa rodoviária única a ser aplicado no Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES.

Os débitos de agentes administrativos, resultantes de pagamentos devidos de receitas não arrecadadas, e outras responsabilidades patrimoniais são escrituradas sob o título "Responsáveis".

Na conta "Prefeituras, c/Devedores" encontram-se os débitos de diversas prefeituras municipais, dentre as quais se destaca a de Porto Alegre, com a importância de Cr\$ 1.999.865,60.

Os "Suprimentos Autorizados" referem-se a antecipações a diversas entidades, no montante de Cr\$ 2.662.622,05, destacando-se a Companhia Materiais Pró Casa Popular com Cr\$ 995.181,34, a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos com Cr\$ 774.013,83, o Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes com Cr\$ 638.589,29, e a Rede Ferroviária Federal S.A. com Cr\$ 251.879,00.

A apreciação do ativo financeiro encerra-se com a conta "Valores do Estado", cujo saldo é de Cr\$ 42.203.975,49. Dessa quantia, Cr\$ 42.062.498,23 correspondem ao valor das ações representativas do capital do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

### 3.1.2. - ATIVO PERMANENTE

O ativo permanente é desdobrado, a seguir, em diversos grupos, compo

do-se as posições existentes no final dos dois últimos anos:

	1974	1975	Variação
Bens Móveis .....	199.809.570,55	226.899.914,13	+ 27.090.343,58
Bens Imóveis .....	420.321.233,48	665.793.117,81	+ 245.471.884,33
Bens de Natureza Industrial	8.316.098,91	8.316.098,91	-
Créditos .....	705.635.966,96	581.835.104,95	- 123.800.862,01
Participações .....	2.705.725.003,00	3.623.456.030,00	+ 917.731.027,00
Diversos .....	<u>183.813.418,86</u>	<u>269.279.856,71</u>	<u>+ 85.466.437,85</u>
	4.223.621.311,76	5.375.580.122,51	+ 1.151.958.810,75
	=====	=====	=====

Tal como nos anos anteriores, também em 1975 a Administração não pôde contar com o inventário físico dos bens móveis, imóveis e de natureza industrial. Os materiais existentes em depósito nos almoxarifados, compreendidos no grupo "Diversos" foram objeto de rigoroso controle físico-contábil.

Os créditos registram-se nas seguintes contas:

Devedores por Empréstimos .....	1.817.464,07
Dívida Ativa .....	579.731.598,68
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927 .....	236.251,86
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa	918,57
União Federal, c/Responsabilidades Diversas .....	<u>48.871,77</u>
	581.835.104,95
	=====

Dentre os componentes citados, destaca-se a "Dívida Ativa", que representa os débitos de contribuintes líquidos e certos, cuja cobrança se processa lentamente. O demonstrativo a seguir evidencia as variações dos créditos sob exame:

Saldo em 31/12/74 .....	703.532.480,69
Mais : Dívida Ativa inscrita em 1975 .....	<u>139.078.397,76</u>
	842.610.878,45
Menos:	
Receita arrecadada em 1975	43.081.858,35
Créditos cancelados por in subsistentes em 1975 ....	<u>219.797.421,42</u>
	262.879.279,77
Saldo em 31/12/75 .....	579.731.598,68
	=====

Em "Devedoras por Empréstimos" figurem débitos de diversas entidades, predominando o da Prefeitura Municipal de Pelotas, referente ao Empréstimo Externo 1911.

As contas restantes carecem de significado, dada sua reduzida expressão quantitativa.

As aplicações do Estado em diversas empresas são registradas sob o título "Participações", assim desdobrado:

Participação em Sociedades de Economia Mista	3.303.433.161,00
Participações Diversas .....	<u>320.022.869,00</u>
	3.623.456.030,00
	*****

O primeiro grupo engloba as ações das entidades de cujo capital o Estado figura como acionista majoritário. O outro contém o valor de ações de empresas nas quais a participação do Poder Público é minoritária.

Os quadros que seguem especificam as empresas de cujo capital o Estado participa, com a indicação do capital subscrito, integralizado e a integralizar.

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

ESPECIFICAÇÃO	Capital integralizado	Capital a integrar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.75	Capital a integrar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Açúcar Gaúcho S.A. ....	7.558.670,00	750.000,00	8.308.670,00	10.700.000,00	19.008.670,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul .....	98.858.660,00	-	98.858.660,00	-	98.858.660,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	79.649.269,00	-	79.649.269,00	-	79.649.269,00
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ....	1.425.600,00	-	1.425.600,00	-	1.425.600,00
Central Vitivinícola do Sul - VINSUL S.A. ....	11.606.336,00	1.283.150,00	12.889.486,00	-	12.889.486,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul .....	5.000.000,00	2.000.000,00	7.000.000,00	-	7.000.000,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul .....	4.999.700,00	10.000,00	4.999.700,00	-	4.999.700,00
Companhia de Processamento de Derivados do Estado do Rio Grande do Sul	25.499.850,00	-	25.499.850,00	60,00	25.499.910,00
Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul .....	3.000.000,00	-	3.000.000,00	17.000.000,00	20.000.000,00
Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras .....	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	2.015.662.808,80	37.491,20	2.015.700.300,00	12.234.500,00	2.027.934.800,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns .....	109.095.000,00	2.000.000,00	111.095.000,00	-	111.095.000,00
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras .....	326.000,00	-	326.000,00	-	326.000,00
Companhia Materiais Pró Casa Popular .....	133.958,00	-	133.958,00	-	133.958,00
Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas .....	17.702.719,00	-	17.702.719,00	-	17.702.719,00
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos .....	15.120.638,00	-	15.120.638,00	-	15.120.638,00
Companhia Rio-Grandense de Mineração .....	14.988.401,00	-	14.988.401,00	-	14.988.401,00

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Capital integralizado	Capital a integra- lizar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.75	Capital a integra- lizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Companhia Rio-Grandense de Nitroge- nados .....	6.200.000,00	1.800.000,00	8.000.000,00	-	8.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneam- ento .....	409.653.808,02	12.523.891,98	422.177.700,00	-	422.177.700,00
Companhia Rio-Grandense de Teleco- municações .....	432.877.268,00	-	432.877.268,00	-	432.877.268,00
Companhia Rio-Grandense de Turismo	9.999.940,00	2.010.000,00	12.009.940,00	2.990.000,00	14.999.940,00
Produtos Gaúchos S.A. ....	7.170.000,00	1.500.000,00	8.670.000,00	-	8.670.000,00
	3.279.518.627,82	23.914.533,18	3.303.433.161,00	42.924.560,00	3.346.357.721,00

DEMONSTRATIVO DAS PARTICIPAÇÕES DIVERSAS DO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	Capital integralizado	Capital a integrar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.75	Capital a integrar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Aços Finos Piratini S.A. ....	186.208.650,15	8.801.275,85	195.009.926,00	15.198.706,00	210.208.632,00
Agrale S.A. - Tratores e Motores..	2.968.900,00	-	2.968.900,00	-	2.968.900,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul .....	17.500.000,00	-	17.500.000,00	-	17.500.000,00
Banco Sul Brasileiro S.A. ....	5.875,00	-	5.875,00	-	5.875,00
Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. ....	12.240.000,00	-	12.240.000,00	-	12.240.000,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. ....	10.269.203,00	-	10.269.203,00	-	10.269.203,00
Companhia Brasileira de Cobre ....	1.169.450,00	-	1.169.450,00	-	1.169.450,00
Construções Eletromecânicas S.A. .	200.506,00	-	200.506,00	-	200.506,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Consertes .....	810.000,00	-	810.000,00	-	810.000,00
Indústria de Celulose Borregaard S.A. ....	5.465.704,00	-	5.465.704,00	-	5.465.704,00
M.F.M. - Companhia Industrial de Fundição de Aço .....	1.220.598,00	-	1.220.598,00	-	1.220.598,00
Petróleo Brasileiro S.A. ....	63.049.697,00	-	63.049.697,00	-	63.049.697,00
"VARIG" S.A. - (Viação Aérea Rio-grandense) .....	10.113.010,00	-	10.113.010,00	-	10.113.010,00
	311.221.593,15	8.801.275,85	320.022.869,00	15.198.706,00	335.221.575,00

No ano de 1975, verificou-se um aumento da participação do Estado no ca  
 pital das sociedades de economia mista da ordem de Cr\$ 890.393.550,00, assim desdo -  
 breado:

Açúcar Gaúcho S.A. ....	1.000.000,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	89.025.330,00
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	950.400,00
Central Vitivinícola do Sul - VINDOSUL S.A. ....	4.283.150,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul .....	2.000.000,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul .....	8.499.970,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	678.969.400,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns .....	15.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos .....	1.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados .....	6.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento .....	25.155.300,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....	50.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Turismo .....	7.010.000,00
Produtos Gaúchos S.A. ....	<u>1.500.000,00</u>
	890.393.550,00
	*****

Desse total, a parcela de Cr\$ 289.701.270,00 corresponde a bonificação em ações por parte das seguintes sociedades:

Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	950.400,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	280.250.900,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul .....	<u>8.499.970,00</u>
	289.701.270,00
	*****

Convém esclarecer que, em face do disposto na Lei nº 6.865, de 7 de je  
 neiro de 1975, o comando acionário de Aços Finos Piratini S.A. passou do Estado para a Siderurgia Brasileira S.A. - SIDERBRÁS. Em virtude desse fato, a citada empresa foi

classificada na conta "Participações Diversas".

O grupo "Participações Diversas" revela um incremento líquido de Cr\$ .  
27.337.477,00, assim distribuído:

Aços Finos Piratini S.A. ....	10.021.149,00	
Agrale S.A. - Tratores e Motores .....	269.900,00	
Banco Sul Brasileiro S.A. ....	2.784,00	
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. ....	3.034.571,00	
Petróleo Brasileiro S.A.		
Bonificação em ações .....	14.572.153,00	
Reajustamento de ações alienadas .....	<u>1.985.840,00</u>	
	16.557.993,00	
Menos		
Venda de ações .....	<u>2.548.920,00</u>	<u>14.009.073,00</u>
		27.337.477,00
		*****

Desses aumentos, o da Aços Finos Piratini S.A. decorre de integraliza-  
ção de capital em moeda corrente, e os demais, de incorporação de reservas ao capi-  
tal.

O aumento global no grupo "Participações" assim se resume:

Saldo em 31/12/74 .....	2.705.725.003,00	
Mais		
Participação em Sociedades de Economia Mista Estaduais .....	890.363.550,00	
Participações Diversas .....	<u>27.337.477,00</u>	<u>917.731.027,00</u>
Saldo em 31/12/75 .....		3.623.455.030,00
		=====

"Diversos" é o último dos títulos a examinar, cujo conteúdo se expres-  
sa do seguinte modo:



Fundos para Financiamento ..	186.600.474,95	
Fundos Diversos .....	56.000.000,00	
Valores Ativos em Liquidação	12.898,14	
Almoxarifados .....	<u>26.666.483,62</u>	
	269.279.856,71	
	=====	

Os fundos criados pelo Estado especificamente para financiar determina-  
dos setores da economia rio-grandense, desdobram-se como segue:

Administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Carteira de Crédito Agrícola .....	36.866.664,17	
Fundo de Amparo ao Esporte Gaúcho .....	2.500.000,00	
Fundo Estadual de Habitação Popular .....	1.005.000,00	
Fundo de Financiamento de Indústria Hoteleira	10.000,00	
Fundo de Financiamento da Indústria de Laticí- nios .....	<u>176.546,26</u>	40.558.210,43

Administrados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Fundo de Cooperação Financeira .....	87.683.838,37	
Fundo de Investimento da Pecuária .....	2.670.300,00	
Fundo Operação Empresa .....	<u>53.188.126,15</u>	143.542.264,52

Administrados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Gran-  
de do Sul S.A.

Fundo de Garantia para a Pequena Empresa .....		<u>2.500.000,00</u>
		186.600.474,95
		=====

Comparando-se a posição desses fundos com a do exercício anterior, ve-  
rifica-se um aumento de Cr\$ 26.496.402,90, assim distribuído:

Carteira de Crédito Agríco- la .....	8.996.402,90
Fundo Operação Empresa ....	15.000.000,00
Fundo de Garantia para a Pe- quena Empresa .....	<u>2.500.000,00</u>
	26.496.402,90
	=====

O Fundo de Garantia para a Pequena Empresa foi criado pela Lei nº  
8.972, de 31 de dezembro de 1975, e destinado a complementar as garantias a serem  
prestadas aos bancos de desenvolvimento, por força da legislação bancária, na conces

são de mútuos e financiamentos à pequena empresa, industrial ou comercial.

Como "Fundos Diversos" estão classificados o Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos de Dívida Pública Estadual, com Cr\$ 50.000.000,00, e o Fundo para aumento de capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica, com Cr\$ 6.000.000,00.

Os materiais em poder das diferentes agências administrativas, no valor de Cr\$ 26.666.483,62, estão representados na conta "Almoxarifados". Através dela é exercido não só o controle físico dos referidos bens, como também é registrada a responsabilidade patrimonial dos agentes incumbidos de sua guarda e movimentação. Esses bens foram objeto de inventários analíticos em 31/12/75, os quais instruirão os processos de tomadas de contas dos respectivos responsáveis.

Completa o ativo permanente a conta "Valores Ativos em Liquidação", na qual estão compreendidos os remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense.

### 3.2.0 - DÍVIDAS DO ESTADO

Ao término do ano fiscal de 1975, as dívidas do Estado assim se distribuíam:

Dívida Fundada Externa	97.213.295,99
Dívida Fundada Interna	1.883.672.300,69
Dívida Flutuante .....	<u>1.942.740.031,31</u>
	3.933.625.627,99
	*****

É de se esclarecer que, dada a peculiaridade do patrimônio das entidades públicas, as dívidas não guardam relação direta com os componentes do ativo. A maior parte dos elementos integrantes da substância patrimonial é inalienável. Por otro lado, apreciável parcela dos recursos normais do Estado, bem como do produto de operações de crédito são investidos direta ou indiretamente em bens de uso comum do povo que não se incorporam ao seu patrimônio administrativo.

Destarte, a contrapartida das dívidas do Estado é representada pela recolha dos exercícios futuros, mormente a de impostos.

Por esse motivo, assume particular importância a correlação entre o in

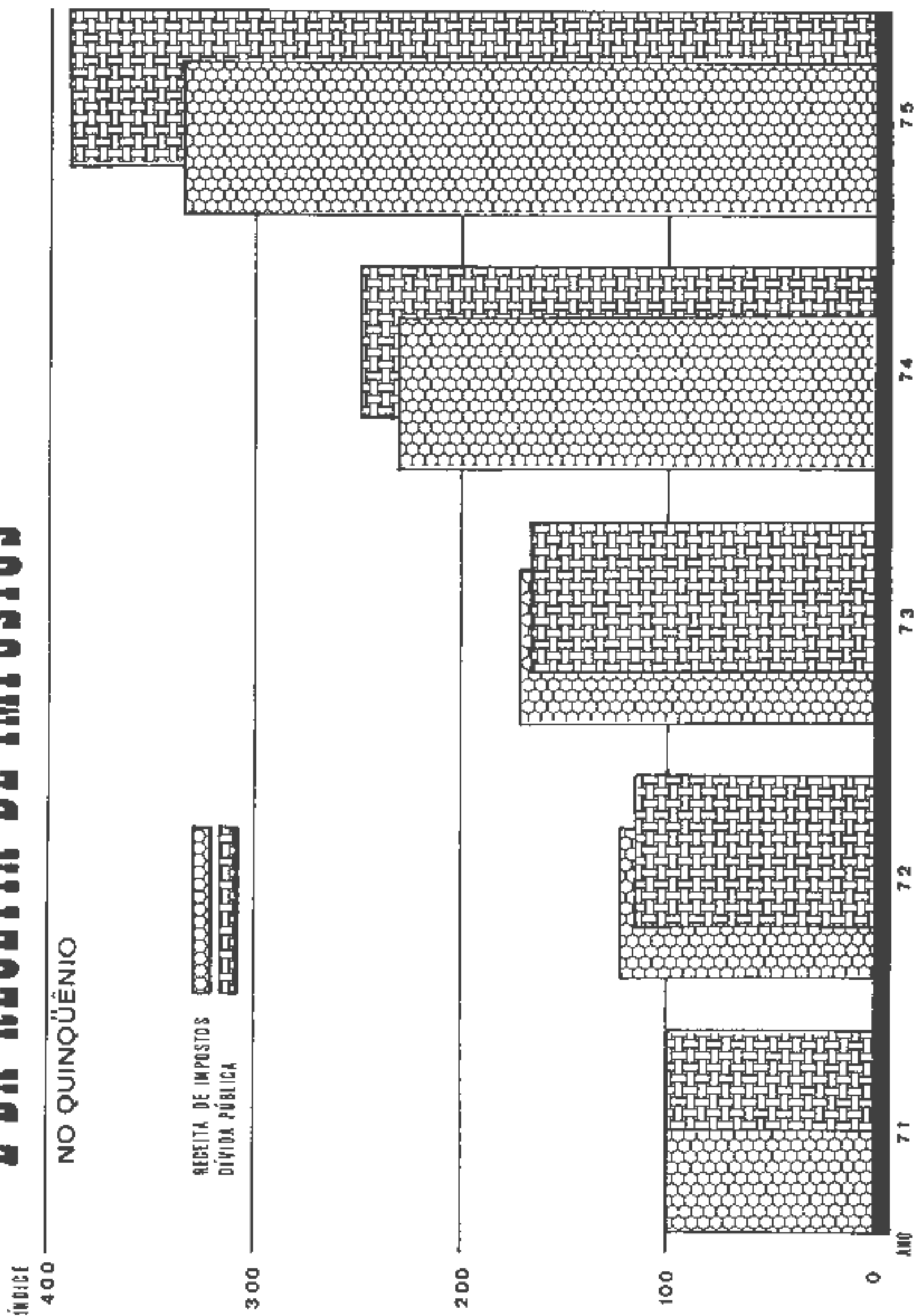
creamento da receita de impostos e o de dívida pública nos últimos cinco anos, como se demonstra:

Ano	Receita de impostos	Índice	Dívida Pública	Índice
1971	1.549.462.968,24	100	1.004.876.666,71	100
1972	1.900.281.028,60	123	1.177.283.386,17	117
1973	2.688.252.617,58	173	1.687.032.838,25	168
1974	3.599.617.057,71	232	2.514.727.710,28	250
1975	5.199.648.324,08	336	3.933.625.627,99	391

Os dados expostos evidenciam que, nos últimos dois anos, o ritmo de crescimento das dívidas superou o da receita de impostos.

O quadro que segue demonstra, graficamente, o comportamento da receita de impostos e da dívida pública no período já mencionado.

# ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS



Torna-se, também, elucidativa a comparação da despesa decorrente do atendimento do serviço da dívida pública, que compreende as amortizações, juros, correção monetária, comissões e outros encargos, com a receita de impostos.

No último quinquênio, a evolução da despesa com os encargos da dívida pública, bem como sua relação com a receita de impostos, é evidenciada a seguir:

Ano	Receita de impostos	Índice	Serviço da dívida pública	Índice	Percentual do serviço de dívida pública sobre a receita de impostos
1971	1.549.462.968,24	100	117.413.563,31	100	7,58
1972	1.906.281.028,80	123	146.187.248,18	125	7,69
1973	2.688.252.617,59	173	232.686.647,30	198	8,66
1974	3.599.817.057,71	232	414.356.084,76	353	11,51
1975	5.189.648.324,08	336	889.145.793,52	757	17,10

Os dados expostos revelam que o crescimento do serviço da dívida pública superou o da receita de impostos em todo o período considerado. Vem aumentando também e de modo significativo, a parcela da receita de impostos absorvida pelos encargos da dívida pública.

### 3.2.1 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

O saldo dos empréstimos externos expressou-se, em 31 de dezembro último, em Cr\$ 97.213.295,59.

A conversão dos débitos com o exterior foi feita, a teor do que prescreve a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, às taxas vigorantes na data do encerramento do exercício, ou seja, Cr\$ 9,07 para o dólar, Cr\$ 18,80 para a libra e Cr\$ 4,53 para o marco.

Com exceção de reduzido valor de títulos expressos em libras esterlinas, de emissão da Prefeitura Municipal de Pelotas, em 1911, e de responsabilidade do Estado, os débitos para com o exterior referem-se a operações contratadas.

Apresenta-se, a seguir, a evolução da dívida externa no último quinquênio, em moeda estrangeira e nacional.

Ano	US\$	Índice	£	Índice	DM.	Índice	Cr\$	Índice
1971	1.607.793,87	100	529.764,14	100	-	-	16.697.602,23	100
1972	11.258.137,08	700	455.736,80	86	-	-	76.641.048,94	459
1973	11.030.568,54	686	466.217,95	88	-	-	75.831.672,13	453
1974	10.470.500,00	651	374.478,15	71	-	-	64.488.590,04	506
1975	10.000.000,00	622	256.418,33	54	240.845,78	-	97.213.295,99	562

Conquanto a dívida expressa em moedas estrangeiras tenha declinado, em decorrência de resgates, sua tradução em moeda nacional acusa um acréscimo, em virtude de a variação cambial ter sido superior às amortizações.

No ano de 1975, foi inscrita a quantia de DM 240.845,78, referente às primeiras parcelas recebidas da operação de crédito contratada com o Kreditanstalt für Wiederaufbau, no valor total de dez milhões de marcos alemães, com juros anuais de 2% para serem aplicados em obras de proteção contra as cheias do Rio dos Sinos.

No exercício sob exame, verificaram-se as seguintes variações da dívida fundada externa:

Posição em 31/12/74 .....						84.488.590,04
Mais						
Empréstimos em apólices						
Reajustamento cambial .....					100.369,18	
Empréstimos contratados						
Receitas .....		822.393,00				
Reajustamento cambial .....		<u>16.900.757,18</u>			<u>17.723.155,18</u>	17.823.524,36
Menos						
Empréstimos em apólices						
Amortizações .....					3.498.167,50	
Empréstimos contratados						
Amortizações .....					<u>1.600.650,91</u>	<u>5.098.818,41</u>
Posição em 31/12/75 .....						97.213.295,99
						*****

Indicam-se, a seguir, os valores iniciais, as amortizações e os saldos, em moeda estrangeira e nacional, da dívida externa:

Empréstimos em apólices

Em libras

	£	Cr\$
Emissão .....	600.000,00	
Amortização .....	<u>505.980,00</u>	
Saldo em circulação .	94.020,00	1.767.576,00
	=====	=====
Empréstimos contratados		
Em dólares .....	US\$	Cr\$
Valor inicial .....	10.000.000,00	90.700.000,00
	=====	=====
Em libras	£	Cr\$
Valor inicial .....	602.418,81	
Amortização .....	<u>408.020,48</u>	
Saldo devedor .....	194.398,33	3.654.688,61
	=====	=====
Em marcos	DM	Cr\$
Valor inicial .....	240.845,78	1.091.031,38
	=====	=====

Um fato altamente significativo, ocorrido em 1975, que cumpre assinalar, foi a liquidação final dos empréstimos externos, realizados mediante lançamento de apólices nos anos de 1921, 1927 e 1928, nos valores de US\$ 10.000.000,00, US\$ ... 4.000.000,00 e US\$ 23.000.000,00, respectivamente.

### 3.2.2 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

A dívida fundada interna apresentava, no final do ano sob exame, o seguinte desdobramento:

	Cr\$	%
Portadores de títulos .....	1.765.183.870,32	93,2
Banco do Brasil S.A. ....	99.971.885,98	5,3
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1.502.150,57	0,1
Burroughs Eletrônica Limitada .....	1.568.914,72	0,1
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul ..	5.690.000,00	0,3
Caixa Econômica Federal .....	15.003.807,49	0,8
Financiadora de Estudos e Projetos .....	155.645,90	-
União Federal .....	<u>4.596.025,71</u>	<u>0,2</u>
	1.833.672.300,69	100,0
	=====	=====

O comportamento dos débitos internos, representados por títulos e contratos, nos últimos cinco anos, assim evoluiu:

Ano	Empréstimos				Total	Índice	Aumento em relação ao anterior %
	Em títulos	Contratados		Índice			
		Índice	Cr\$				
1971	102.535.846,40	100	109.838.591,19	100	212.174.437,59	100	-
1972	117.198.247,30	114	114.883.842,45	105	231.882.089,75	109	9,3
1973	175.204.467,31	171	187.222.471,32	171	362.426.938,63	171	56,3
1974	744.080.267,53	726	156.094.229,57	142	900.174.497,10	424	148,4
1975	1.765.183.870,32	1.722	128.468.430,37	117	1.893.672.300,69	893	110,4

Esses dados demonstram que a dívida fundada interna apresentou considerável aumento nos dois últimos anos.

Influiu decisivamente para tal incremento o lançamento de Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado. Por sua vez, os dados relativos aos empréstimos contratados acusam um decréscimo desde 1974.

No ano de 1975, constatou-se um incremento líquido nos débitos sob exame, cifrado em Cr\$ 993.497.803,59, como se vê:

Aumento da dívida

Operações de crédito realizadas

Empréstimos em títulos	1.245.280.549,65	
Empréstimos contratados	<u>27.910.000,00</u>	1.273.190.549,65

Reajustamento de dívidas

Empréstimos em títulos	205.996.117,47	
Empréstimos contratados	<u>7.411.537,83</u>	<u>213.407.655,30</u>
		1.486.598.204,95

Menos

Redução da dívida

Resgatas

Empréstimos em títulos	430.173.064,33	
Empréstimos contratados	<u>62.923.780,34</u>	
	493.096.844,67	

Cancelamentos

Empréstimos contratados	<u>3.556,69</u>	<u>493.100.401,36</u>
		993.497.803,59

\*\*\*\*\*



O aumento de Cr\$ 1.486.598.204,95 especifica-se da seguinte forma:

Operações de crédito realizadas

Títulos lançados em circulação

Empréstimo Lei 5.079/70	
Dec. 20.720, de 27/11/70 .....	62.500,00
Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465, de 15/12/72	
Dec. 23.031, de 22/3/74 - 2a.série	7.552.588,51
Dec. 23.262, de 19/8/74 - 4a.série	40.138.800,00
Dec. 23.879, de 2/6/75 - 3a.série	1.197.526.861,14

Empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 49,9 milhões de cruzeiros, contratado em 27/12/74 - - Lei 6.284, de 25/10/71 .....	18.910.000,00
---	---------------

Caixa Econômica Federal

Empréstimo de 15 milhões de cruzeiros, contratado em 11/10/74 - Lei 6.284, de 25/10/71 .....	<u>9.000.000,00</u>	1.273.190.549,65
--	---------------------	------------------

Inscrição de dívidas

Empréstimos em títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - - Lei 5.121 de 6/12/65	
Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1a.série (correção do valor nominal)	2.319.239,50
Dec. 18.769, de 4/12/67 - 2a.série (correção do valor nominal)	1.049.093,50
Dec. 18.873-B, de 30/12/67 - 3a.série (correção do valor nominal) .....	2.747.049,50
Dec. 20.571, de 30/9/70 - 5a.série (correção do valor nominal)	2.814.318,00
Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465, de 15/12/72	
Dec. 22.224, de 15/12/72 - 1a.série (correção do valor nominal) .....	21.399.559,01
Dec. 23.031, de 22/3/74 - 2a.série (correção do valor nominal)	52.138.413,13
Dec. 23.195, de 11/7/74 - 3a.série (correção do valor nominal)	16.474.547,36
Dec. 23.248, de 13/8/74 - 4a.série (correção do valor nominal)	24.652.320,00
Dec. 23.262, de 19/8/74 - 5a.série (correção do valor nominal)	28.512.029,75

Dec. 23.879, de 2/8/75 - 8a. série (correção do valor nominal) 53.889.447,72

Empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 775 mil dólares ,  
contratado em 22/4/69 - Lei ...  
5.881, de 4/12/68 (correção mo-  
netária) ..... 1.111.138,16

Empréstimo de 4,42 milhões de dó-  
lares, contratado em 14/5/69 -  
- Lei 5.456, de 7/3/67 (corre-  
ção monetária) ..... 1.454.767,84

Empréstimo de 49,9 milhões de cru-  
zeiros, contratado em 27/12/74 -  
- Lei 6.284, de 25/10/71 (corre-  
ção monetária) ..... 1.598.751,34

Banco do Estado do Rio Grande do  
Sul S.A.

Empréstimo de 1,4 milhões de li-  
bras, contratado em 28/6/69 -  
- Lei 5.617, de 19/6/68 (corre-  
ção monetária) ..... 47.968,06

Empréstimo de 21,5 milhões de  
francos suíços, contratado em  
4/6/70 - Lei 5.959, de 3/2/70  
(correção monetária) ..... 922.228,16

Surroughs Eletrônica Limitada

Empréstimo de 1,4 milhões de dó-  
lares, contratado em 20/7/72 -  
Lei 6.395, de 7/7/72 (correção  
monetária) ..... 135.129,60

Empréstimo de 750 mil dólares ,  
contratado em 20/7/72 - Lei ...  
6.395, de 7/7/72 (correção mone-  
tária) ..... 488.787,67

Caixa Econômica Estadual do Rio  
Grande do Sul

Empréstimo de 11,62 milhões de  
cruzeiros, contratado em 12/6/  
/72 - Lei 6.284, de 25/10/71  
(correção monetária) ..... 1.652.767,20

213.407.655,30  
1.456.598.204,95  
=====

Por outro lado, as reduções, num total de Cr\$ 493.100.401,36, tiveram

origem nas seguintes operações:

Resgate de títulos

Empréstimo Programa Preliminar de

Investimentos - Lei 4.387, de 6/ /12/62		
Dec. 15.043, de 29/3/63 (4.000 a pólizas de Cr\$ 1,00 cada uma) ..		4.000,00
Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 5.121, de 6/12/65		
Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1a. sé rie (30.431 apólices de Cr\$ ... 273,40 cada uma e 18.594 apóli- ces de Cr\$ 303,10 cada uma) ...		13.955.676,80
Dec. 16.769, de 4/12/67 - 2a. sé rie (37.764 apólices de Cr\$ ... 273,40 cada uma e 7.553 apóli- ces de Cr\$ 303,10 cada uma) ...		12.613.991,90
Dec. 18.873-B, de 30/12/67 - 3a. série (37.765 apólices de Cr\$.. 303,10 cada uma) .....		11.446.571,50
Empréstimo Lei 5.344/66		
Dec. 18.322, de 28/12/66 (62.464 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma)		6.246.400,00
Empréstimo Lei 5.553/67		
Dec. 18.842, de 27/12/67 (6.000 apólices de Cr\$ 500,00 cada uma)		3.000.000,00
Empréstimo Lei 6.076/70		
Dec. 20.721, de 27/11/70 (1.181 apólices de Cr\$ 500,00 cada uma)		590.500,00
Empréstimo Lei 6.079/70		
Dec. 20.720, de 27/11/70 (37.590 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma)		3.759.000,00
Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Gran- de do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465 , de 15/12/72		
Dec. 22.224, de 19/12/72 - 1a.sé rie		
24 obrigações de Cr\$ 106,76 cada uma		
980 obrigações de Cr\$ 108,38 cada uma		
14 obrigações de Cr\$ 112,25 cada uma		
135 obrigações de Cr\$ 114,49 cada uma		
26.677 obrigações de Cr\$ 117,13 cada uma		
156 obrigações de Cr\$ 119,27 cada uma		
262.497 obrigações de Cr\$ 121,31 cada uma		
130.600 obrigações de Cr\$ 123,20 cada uma		
130.713 obrigações de Cr\$ 125,70 cada uma		
129.185 obrigações de Cr\$ 128,43		

cada uma		
160.052 obrigações de Cr\$ 130,93		
cada uma		106.858.578,50
Dec. 23.195, de 11/7/74 - 3a. série		
763.096 obrigações de Cr\$ 119,27		
cada uma		
370.952 obrigações de Cr\$ 121,31		
cada uma		136.314.647,04
Dec. 23.262, de 19/8/74 - 5a. série		
606.139 obrigações de Cr\$ 121,31		
cada uma		
379.370 obrigações de Cr\$ 123,20		
cada uma		
112.515 obrigações de Cr\$ 125,70		
cada uma		
9.900 obrigações de Cr\$ 128,43		
cada uma		135.683.698,59
Resgate de empréstimos contratados		
Banco do Brasil S.A.		
Empréstimo de 2 milhões de cruzeiros, contratado em 21/2/69 - Lei 5.587, de 29/12/67 .....		133.333,34
Empréstimo de 755 mil dólares, contratado em 22/4/69 - Lei 5.681, de 4/12/68 .....		398.417,53
Empréstimo de 4,42 milhões de dólares, contratado em 14/5/69 - Lei 5.450, de 7/3/67 .....		4.765.273,80
Empréstimo de 10 milhões de cruzeiros, contratado em 31/1/73 - Lei 6.284, de 25/10/71 .....		3.330.000,00
Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado em 7/3/73 - Lei 6.284, de 25/10/71 .....		15.000.000,00
Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado em 6/11/73 - Lei 6.284, de 25/10/71 .....		15.000.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Empréstimo de 1,4 milhões de libras, contratado em 26/6/69 - Lei 5.617, de 19/6/68 .....		1.570.388,65
Empréstimo de 21,5 milhões de francos suíços, contratado em 4/6/70 - Lei 5.959, de 3/2/70 .....		10.148.011,32
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		
Empréstimo de 675 mil cruzeiros, contratado em 19/11/73 - Lei ...		

6.284, de 25/10/71 .....	19.551,81	
Empréstimo de 1,2 milhões de cruzeiros, contratados em 12/2/71 - - Lei 6.284, de 25/10/71 .....	195.940,79	
Burroughs Eletrônica Limitada		
Empréstimo de 1,4 milhões de dólares, contratado em 20/7/72 - Lei 6.395, de 7/7/72 .....	2.925.931,20	
Empréstimo de 750 mil dólares, contratado em 20/7/72 - Lei 6.395, de 7/7/72 .....	2.410.702,03	
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul		
Empréstimo de 11,62 milhões de cruzeiros, contratado em 12/9/72 - - Lei 6.284, de 25/10/71 .....	4.617.767,00	
Caixa Econômica Federal		
Empréstimo de 50 mil cruzeiros, contratado em 13/12/41 - Dec. - - lei 783, de 5/5/45 .....	3.554,65	
Financiadora de Estudos e Projetos		
Empréstimo de 1,56 milhões de cruzeiros, contratado em 29/10/70 - - Lei 6.162, de 31/12/70 .....	391.229,74	
União Federal		
Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Dólares .....	1.623,48	
Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Libras .....	55,00	
Empréstimo de 7,68 milhões de cruzeiros, contratado em 12/10/66 - Lei 5.186, de 23/12/65 .....	512.000,00	
Empréstimo de 12 milhões de cruzeiros, contratado em 12/10/66 - Lei 5.186, de 23/12/65 .....	<u>1.500.000,00</u>	493.096.844,67
Cancelamento de dívida		
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Empréstimo de 1,4 milhões de libras, contratado em 26/6/ /69 - Lei 5.617, de 19/6/68 .....		<u>3.556,69</u>
		493.100.401,36
		*****

### 3.2.3 - DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida administrativa do Estado atingiu, no encerramento do exercí-

cio de 1975, o montante de Cr\$ 1.942.740.031,31, especificado como segue:

Restos a Pagar .....	647.447.120,98
Serviço da Dívida a Pagar ....	62.480.372,78
Depósitos .....	79.203.241,38
Débitos de Tesouraria .....	851.632.331,80
Diversos .....	<u>301.976.964,37</u>
	1.942.740.031,31
	*****

O comportamento dessas dívidas assim evoluiu, no último quinquênio:

Ano	Dívida flutuante	Aumento percentual em relação ao ano anterior
1971	776.004.626,89	-
1972	868.760.247,48	11,9
1973	1.248.974.027,49	43,7
1974	1.530.064.623,14	22,5
1975	1.942.740.031,31	26,9

O crescimento verificado no último ano cifrou-se em Cr\$ 412.675.406,17.

A taxa de incremento, embora não seja a mais elevada do período, é bastante expressiva.

Esse aumento pode ser visto de duas formas, sendo que uma delas é a seguinte:

Formação de dívidas .....	6.446.884.082,51
Menos: Pagamento de dívidas ..	<u>6.034.208.654,34</u>
Aumento da dívida flutuante ..	412.675.406,17
	*****

Sob outro ângulo, a origem do incremento pode ser assim demonstrada:

Deficit financeiro do exercício	425.159.881,10
Menos: Redução do ativo financeiro .....	<u>12.484.472,93</u>
Aumento da dívida flutuante ..	412.675.406,17
	*****

Os componentes da dívida flutuante são objeto da apreciação que segue.

#### RESTOS A PAGAR

Registram-se sob este título obrigações no valor de Cr\$ 647.447.120,98. Desse total, Cr\$ 98.013.992,45 referem-se a dívidas correspondentes a exercícios anteriores. A quantia de Cr\$ 549.433.128,53 é originária dos resíduos formados em 1975.

e é assim desdobrada:

Contas a Pagar .....	164.245.516,88
Folhas a Pagar .....	23.020.727,38
Empenhos a Liquidar .....	<u>362.166.884,27</u>
	549.433.128,53
	*****

Os "Empenhos a Liquidar" resultam de despesas imputadas ao exercício, pendentes de processamento por não haverem sido concluídos o fornecimento de bens e/ou a prestação de serviços.

#### SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR

Os encargos com a dívida fundada compreendem:

Serviço da Dívida Fundada Interna	51.432.311,26
Serviço da Dívida Fundada Externa	<u>11.048.061,52</u>
	62.480.372,78
	*****

Serviço da Dívida Fundada Interna - Registram-se neste título as seguintes obrigações:

Portadores de títulos .....	5.316.989,95
Banco do Brasil S.A. ....	8.859.522,00
Banco Regional do Desenvolvimento Econômico .....	30.664,39
Financiadora de Estudos e Projetos	5.430,25
União Federal .....	<u>37.219.704,67</u>
	51.432.311,26
	*****

O débito para com portadores de títulos compreende as amortizações e os juros de empréstimos representados por títulos que se encontram à disposição dos respectivos titulares.

Serviço da Dívida Fundada Externa - Os encargos englobados nesta conta, no valor de Cr\$ 11.048.061,52 referem-se a amortização, juros e outras despesas com empréstimos externos em títulos já chamados a resgate final. Ditos encargos foram atendidos pela União Federal, competindo ao Estado reembolsá-la, o que foi proposto a ser efetuado mediante encontro de contas com créditos do Estado.

## DEPÓSITOS

Os depósitos de terceiros repartem-se na seguinte forma:

Depósitos de Autarquias .....	7.436.816,12
Depósitos de Consignatários .....	38.653.487,12
Depósitos Públicos e Judiciais .....	4.230.161,15
Depósitos Diversos .....	20.892.301,59
Cauções .....	1.612.252,24
Retenções .....	<u>6.378.223,16</u>
	79.203.241,38
	*****

A espécie sob exame apresenta a peculiaridade de estar em contínua rotação.

## DÉBITOS DE TESOURARIA

O saldo das operações de crédito realizadas para antecipar a receita do exercício apresentou, no final do ano, a seguinte composição:

Empréstimos por antecipação da receita contratados .....	312.674.559,65
Letras do Tesouro em Circulação .....	<u>538.757.772,15</u>
	851.632.331,80
	*****

Nas obrigações em apreço verificou-se um aumento de Cr\$ 149.628.337,06 relativamente à posição do ano anterior, equivalente a 21%.

## DIVERSOS

Este grupo inclui as obrigações não compreendidas nos demais já apreciados, e as mesmas serão objeto da análise que segue.

Contribuições para Autarquias - Por ocasião do encerramento do exercício, figuravam como credoras por contribuições as seguintes autarquias:

Departamento Aeroviário do Estado ....	950.000,00
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	37.247.678,44
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul .....	<u>55.934.293,55</u>
	94.131.971,99
	*****



Contribuições para Fundações - Nesta conta registram-se os saldos não entregues das contribuições imputadas ao exercício, a favor das seguintes entidades:

Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor	1.000.000,00
Fundação Metropolitana de Planejamento	500.000,00
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre .....	219.000,00
Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos .....	516.000,00
Fundação de Ciência e Tecnologia .....	3.500.000,00
Fundação de Economia e Estatística ...	419.000,00
Fundação Gaúcha do Trabalho .....	20.000,00
Fundação Sul-Riograndense de Assistência .....	10.000,00
Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul .....	<u>2.550.000,00</u>
	8.734.000,00
	=====

#### CREDDRES

Nesta conta estão classificadas dívidas de variadas procedências, num total de Cr\$ 27.704.359,39. Os titulares desses créditos encontram-se detalhados em anexo ao Balanço Patrimonial, dentre os quais se destacam os seguintes: a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras com Cr\$ 7.040.000,00, relativos a saldos de contribuição; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul com Cr\$ 5.717.145,00, correspondentes a contribuições para o Fundo de Cooperação Financeira; e a Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul com Cr\$ 2.796.380,65, referentes à provisão para compra de material através do Departamento Central de Administração do Material.

Fundo de Estoque de Material - Este título evidencia o saldo disponível para aquisição de material à conta do fundo rotativo de estoque de materiais, cifrado em Cr\$ 272.211,72.

Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material - Nesta conta estão registrados os empenhos imputados ao fundo de estoque de material e ainda não processados, os quais montam a quantia de Cr\$ 1.067.863,68.

Empresas, c/Capital a Integralizar - Sob este título estão inscritas as dívidas do Estado decorrentes da não integralização de capital subscrito das se-

guintes empresas:

Aços Finos Piratini S.A. ....	8.801.275,85
Açúcar Gaúcho S.A. ....	750.000,00
Central Vitivinícola do Sul S.A. ....	1.283.150,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul ....	2.000.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica	37.491,20
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	2.000.000,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul .....	10.000,00
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenação	1.800.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento.	12.523.891,98
Companhia Rio-Grandense de Turismo ...	2.010.000,00
Produtos Gaúchos S.A. ....	1.500.000,00
	<u>32.715.809,03</u>
	=====

Fundos Especiais - Agrupam-se nesta conta os seguintes fundos:

Fundo de Garantia para a Pequena Empre sa .....	2.500.000,00
Fundo Especial de Reparelhamento dos Serviços da Segurança Pública .....	50.000,00
Fundo Estadual de Habitação Popular ..	1.005.000,00
Fundo Estadual de Saúde .....	3.578.648,92
Fundo de Investimentos Urbanos .....	4.700.000,00
	<u>11.833.646,92</u>
	=====

Prefeituras, c/Credoras - Sob este título reúnem-se os saldos credito-  
res de diversas prefeituras, de diferentes origens, na quantia de Cr\$ 185.046,70.

Prefeituras, c/Taxa Rodoviária Única - O valor de Cr\$ 2.246.062,25, re-  
gistrado nesta conta, corresponde à parcela da quota-parte da taxa rodoviária úni-  
ca pertencente às prefeituras, a ser distribuída.

Fundo de Participação dos Municípios no ICM - Exercícios Anteriores -  
O saldo desta conta, no valor de Cr\$ 72.942.285,82, refere-se à parcela de 20% do  
produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias relativa a exercí-  
cios anteriores a 1975, devida às prefeituras municipais.

Fundo de Participação dos Municípios do ICM - Exercício de 1975 - Es  
te fundo consta no passivo financeiro com o saldo de Cr\$ 50.138.253,87, que repre-  
senta o débito do Estado para com os municípios relativos ao ano sob exame. Esse  
total, todavia, deve ser reduzida a quantia de Cr\$ 5.479.387,95, imputada a maior à

despesa, conforme consta na apuração do descoberto financeiro acumulado, objeto do último capítulo desta exposição. Também deve ser levada em consideração a provisão específica existente em depósito no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e o numerário em poder dos agentes arrecadadores.

#### 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das variações patrimoniais, também chamada Balanço Econômico, expõe as alterações verificadas no patrimônio do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial.

Dito resultado assim se resume:

Variações ativas .	9.538.604.459,87
Variações passivas	<u>9.818.028.039,76</u>
Deficit verificado	279.423.579,89
	=====

O deficit apurado pode desdobrar-se segundo as duas classes de fatos que o determinaram.

A primeira parcela desse resultado decorre da execução orçamentária, para a qual concorreram as seguintes variações:

a) Positivas

Receita orçamentária .....		7.531.219.355,62
Menos: Mutações patrimoniais da receita		
Cobrança de dívida ativa .....	43.081.858,35	
Alienação de bens imóveis .....	80.600,00	
Alienação de títulos .....	1.993.872,78	
Alienação de títulos e valores .....	2.548.920,00	
Empréstimos tomados .....	<u>1.274.012.947,65</u>	<u>1.321.718.198,76</u>
Receita efetiva .....		6.209.501.156,84
		=====

b) Negativas

Despesa orçamentária .....		7.956.379.236,72
Menos: Mutações patrimoniais da despesa		
Aquisição de bens móveis .....	25.807.129,76	
Construção e aquisição de bens imóveis	254.417.946,56	
Aquisição de títulos e valores .....	610.713.429,00	
Amortização de dívidas .....	494.697.495,58	
Formação de créditos .....	<u>71.496.402,90</u>	<u>1.457.132.403,60</u>
		6.499.246.832,92
		=====

A soma algébrica da receita e da despesa efetivas conduz ao deficit parcial, conforme se demonstra:

Receita efetiva .....	6.209.501.156,84
Despesa efetiva .....	<u>6.499.246.632,92</u>
Deficit patrimonial da gestão orçamentária .....	289.745.676,08
	*****

A outra parcela do deficit deriva das variações independentes da execução orçamentária, assim discriminadas:

a) Positivas

No patrimônio permanente	
Inscrição de dívida ativa .	139.076.397,76
Incorporação de bens .....	5.479.168,82
Inscrição de valores .....	309.566.516,00
Inscrição de créditos .....	5.000.000,00
Cancelamento de dívidas ...	3.501.724,19
Entradas de almoxarifado ..	<u>87.626.091,68</u>
	550.252.700,45
	=====

b) Negativas

No patrimônio permanente	
Baixa de bens .....	11.067.544,45
Baixa de valores .....	14,97
Cancelamento de dívida ativa ve .....	219.797.421,42
Reajustamento de dívidas ..	230.408.781,66
Saídas de almoxarifado ...	<u>78.856.841,76</u>
	539.930.604,26
	=====

Confrontando-se os componentes do resultado extra-orçamentário, obtém-se um superavit, a saber:

Variações ativas .....	550.252.700,45
Variações passivas .....	<u>539.930.604,26</u>
Superavit patrimonial extra- -orçamentário .....	10.322.096,19
	=====

A conjugação dos resultados parciais recompõe o deficit global, assim

expresso:

Deficit patrimonial orçamentário .....	289.745.676,08
Superavit patrimonial extra-orçamentário .....	<u>10.322.096,19</u>
Deficit patrimonial do exercício .....	279.423.579,89
	=====

Através dos dados expostos, constata-se que responde pelo resultado global negativo o deficit da execução orçamentária, uma vez que as variações independentes dessa execução apresentam-se praticamente equilibradas.

O deficit patrimonial apurado determinou uma redução na situação líquida global, como se vê:

Ativo Real Líquido em 31/12/74	2.144.218.590,44
Deficit Patrimonial em 1975 ..	<u>279.423.579,89</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/75	1.864.795.010,55
	=====

Os resultados financeiro e patrimonial, assim como a situação líquida global são objeto da demonstração gráfica que segue.

# EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA

NO QÜINQUÊNIO

MILHÖES DE CR\$

1.600

1.400

1.200

1.000

800

600

400

200

0

100

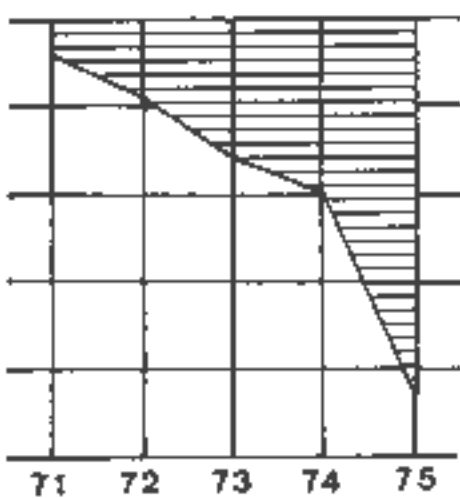
200

300

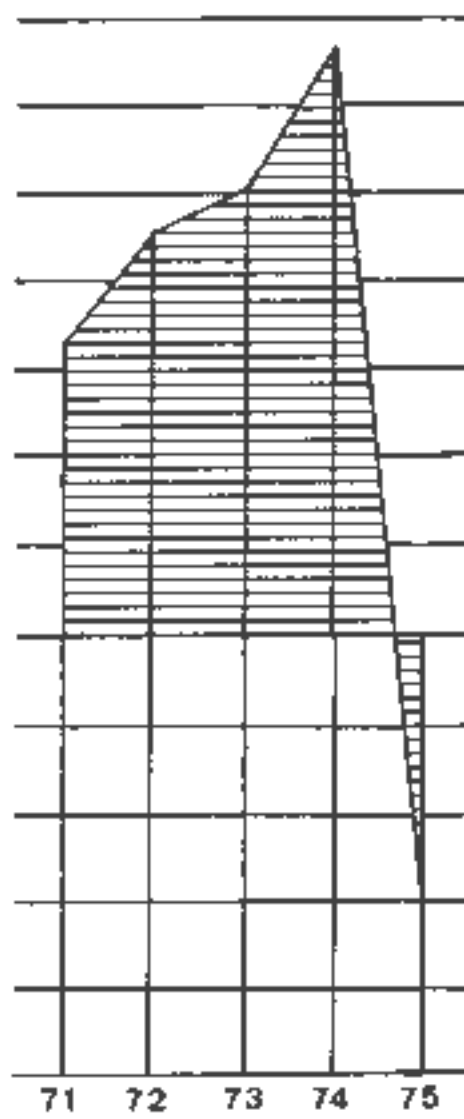
400

ANO

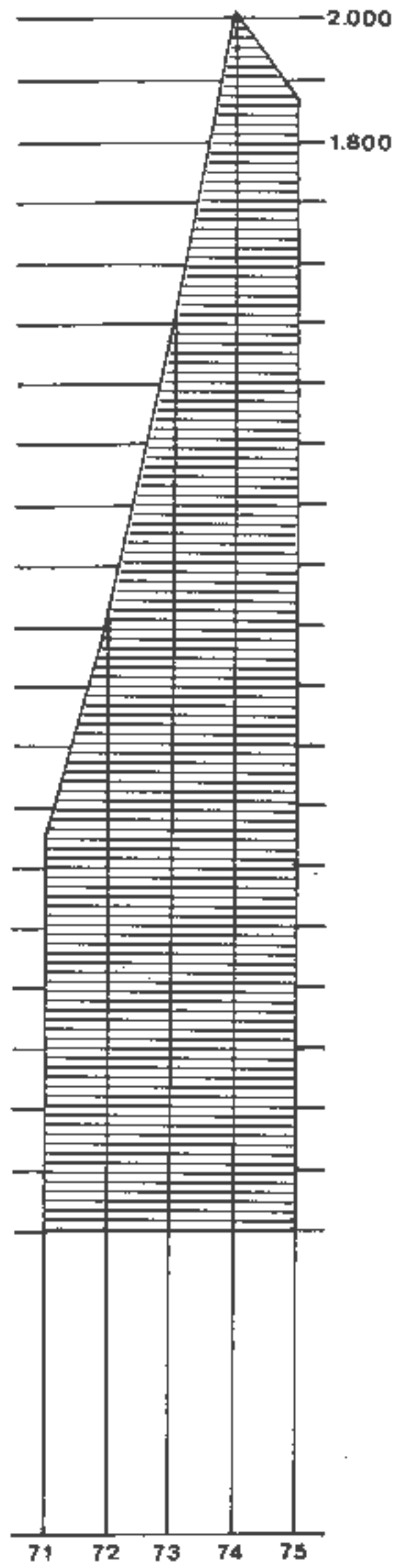
RESULTADO FINANCEIRO



RESULTADO PATRIMONIAL



SALDO PATRIMONIAL



5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/75

As insuficiências financeiras acumuladas somaram, ao término de 1975, Cr\$ 897.862.961,78.

A determinação desse descoberto rege-se por fórmulas técnicas tradicionais, consistente na conjugação dos componentes ativos e passivos, tanto reais como potenciais.

Os elementos reais constam no Balanço Patrimonial, enquanto os potenciais são objeto da determinação que será feita a seguir.

O ativo potencial compreende parcelas de receitas legalmente vinculadas e de operações de crédito utilizadas na cobertura de autorizações de despesa, ainda não realizadas.

Por outro lado, integram o passivo potencial as receitas afetadas e o produto de operações de crédito não utilizados na cobertura de despesas a que se vincularam.

Eis a apuração dos componentes do ativo potencial, que totalizou Cr\$ 662.575.998,34:

I - Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31/12/70		
a) Créditos suplementares abertos		
Em 1971 .....		1.683.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/75 .....		<u>1.191.615,30</u>
Parcela a realizar vinculada .....		491.364,70
		=====
II - Empréstimo em apólices Lei 6.452/72 (Dec. 22.202 de 7/12/72)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1972 (Dec. 22.211, de 13/12/72) .....		31.600.000,00
Suplementares		
Em 1972 .....	68.400.000,00	
Em 1973 .....	<u>4.582.926,39</u>	<u>72.982.926,39</u>
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Em 1973 (Dec. 22.211, de 13/12/72) .....		<u>667.927,51</u>
		103.914.998,88



c) Créditos cancelados por redução		
Em 1973 (Dec. 22.211, de 13/12/72) .....		<u>4.582.926,39</u>
		99.332.072,49
Menos		
d) Parcela recebida até 31/12/75 .....		<u>5.855.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>93.477.072,49</u>
		*****
III - Empréstimo em apólices Lei 6.626/73 (Dec. 22.823, de 22/ /11/73)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1973 (Dec. 22.829, de 27/11/73) .....		16.450.000,00
Suplementares		
Em 1973 .....		<u>208.151.733,00</u>
		224.601.733,00
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Saldo não utilizado do Fundo de Reserva Orçamentária de 1973 ..	482.961,29	
Em 1974 (Dec. 22.829, de 27/11/ /73 .....	<u>1.329.749,32</u>	<u>1.812.710,61</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>222.789.022,39</u>
		*****
IV - Empréstimo Lei 6.657, de 12/12/73		
Crédito especial aberto		
Em 1973 (Dec. 22.917, de 26/12/73) .....		<u>3.361.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>3.361.000,00</u>
		*****
V - Empréstimo em apólices - Lei 6.779/74 (Dec. 23.612, de 23/12/74)		
a) Créditos suplementares abertos		
Em 1974 .....		134.000.000,00
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Suplementares		
Em 1974 .....		<u>13.574.584,22</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>120.425.415,78</u>
		*****
VI - Empréstimo em apólices - Lei 6.851/74 (Dec. 23.632, de 27/12/74)		
a) Créditos suplementares abertos		

Em 1974 .....		100.000.000,00
Menos		
b) Saldo não utilizado do Fundo de Reserva Orçamentária de 1974 .....		<u>399.143,19</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>99.600.856,81</u> =====
VII - Empréstimos a serem contratados com o Banco Nacional de Habitação		
a) Crédito especial aberto		
Em 1975 (Dec. 24.272, de 11/12/75) .....		171.508.348,20
Menos		
b) Saldo de crédito extinto		
Em 1975 (Dec. 24.272, de 11/12/75) .....		<u>58.413.718,67</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>113.094.629,53</u> =====
VIII - Renda do Departamento da Loteria do Estado		
Recursos proporcionados pelo Departamento da Loteria do Estado, nos termos da Lei 4.631, de 9/12/63, alterada pela Lei 4.760, de 17/7/64		
a) Recursos utilizados		
Vinculados ao art. 9º da Lei ... 4.760/64		
Despesas realizadas à conta de dotações orçamentárias-Código 1.01 e 19.01 (Plano de Subvenções e Auxílios) .....	6.183.830,00	
Vinculados ao art. 3º da Lei .. 4.631/63		
Despesas realizadas à conta de dotações orçamentárias-Código 8.01 (Plano de Subvenções e Auxílios) .....	<u>867.800,00</u>	7.051.630,00
Mais		
b) Parcelas a realizar, consideradas como componentes do Ativos Potencial na exposição sobre o Balanço de 1974		
Vinculadas ao art. 9º da Lei .. 4.760/64 .....	437.422,20	
Vinculadas ao art. 3º da Lei .. 4.631/63 .....	<u>234.061,58</u>	<u>671.483,78</u>
		7.723.113,78
Menos		
c) Recursos realizados no exercício de 1975		
Vinculados ao art. 9º da Lei ... 4.760/64, inclusive a parcela		

de Cr\$ 434.830,00, referente a auxílios concedidos em 1974 à conta dos recursos do Departamento de Loteria do Estado, cancelados pelo Dec. Legisl. .... 3.298/75, e escrituradas na rubrica "receita de indenizações e restituições" .....	6.013.936,22	
Vinculados ao art. 3º da Lei ... 4.631/63 .....	<u>752.983,99</u>	6.766.920,21
Parcela a realizar		
Vinculada ao art. 9º da Lei ... 4.760/64 .....	807.315,98	
Vinculada ao art. 3º da Lei ... 4.631/63 .....	<u>348.877,59</u>	956.193,57 *****
IX - Contribuição da União Federal, relativa a recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. federal 72.062, de 6/4/73		
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias-Código 16.01 - Secretaria de Indústria e Comércio (Projetos nºs 1.133, 1.134 e 1.135)	20.633.030,20	
b) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1974 (Dec. 23.201, de 17/7/74)	2.639.000,00	
Em 1975 (Dec. 24.262, de 10/12/75)	5.000.000,00	
Suplementares		
Em 1974 .....	<u>12.361.000,00</u>	40.633.030,20
Menos		
c) Saldo da dotação suplementada em 1974, não utilizado		<u>2.731.995,08</u>
		37.901.035,12
Menos		
d) Parcela recebida até 31/12/75 .....		<u>35.000.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		2.901.035,12 *****
X - Fundo de Participação aos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal)		
a) Recursos utilizados		
Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias-Código 26.01 - Encargos Gerais do Estado (Diversas Transferências Correntes - Participação dos municípios - no produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias) .....		1.089.968.124,19
Menos		
b) Recursos realizados		

Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na Exposição sobre o Balanço de 1974 .....	80.968.124,19	
Recursos realizados no exercício, equivalentes a 20% de receita originária do imposto sobre circulação de mercadorias, excluída a soma de Cr\$ 110.000.000,00, relativa ao imposto incidente sobre produtos sem similar no Estado, e a soma de Cr\$ 540.991,75, relativa a restituições do imposto sobre circulação de mercadorias .....	980.127.826,28	
Recursos realizados no exercício, correspondentes a 20% da compensação da menor receita do imposto sobre circulação de mercadorias, conforme convênio nº AE-1/73 .....	16.769.415,84	
Recursos realizados no exercício, correspondentes a 20% do imposto sobre circulação de mercadorias arrecadados como Dívida Ativa .....	<u>6.623.369,95</u>	<u>1.084.488.736,24</u>
Parcela a realizar vinculada .....		5.479.387,95 *****

Os elementos constitutivos do passivo potencial, no valor de Cr\$ .....

40.539.444,84, assim se desdobram:

I - Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, Municípios e Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES

Recursos proporcionados pela Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Dec.-Lei Federal 999, de 21/10/69, alterado pelo 1.242, de 30/10/72

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1974

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	3.326.250,96	
Vinculados aos Municípios .....	4.827,73	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES, conforme convênio firmado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Dec.Legis. 3.064, de 29/6/73 .....	23.089.157,28	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO ..	<u>3.959.156,62</u>	30.379.392,59

b) Recursos realizados no exercício de 1975 (Lei 5.987, de 22/7/70)

Vinculados ao Departamento Autônomo

no de Estradas de Rodagem .....	63.072.535,28	
Vinculados aos Municípios .....	45.051.810,91	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES .....	45.529.526,46	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO ..	<u>6.098.651,78</u>	<u>159.752.724,43</u>
		190.132.117,02

Menos

c) Recursos utilizados e assim distribuídos conforme Lei . 5.987, de 22/7/70		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	63.072.535,28	
Prefeituras Municipais .....	45.051.810,91	
Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES .....	45.529.526,46	
Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO .....	<u>4.000.000,00</u>	<u>157.653.872,65</u>
Saldo dos recursos a utilizar		
Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	3.326.250,96	
Vinculados aos Municípios .....	4.827,73	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES, conforme convênio firmado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Dec. Legisl. . 3.064, de 29/6/73 .....	23.089.157,28	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO - saldo a ser imputado à despesa orçamentária .....	<u>6.058.008,40</u>	<u>32.478.244,37</u>

II - Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns  
Recursos proporcionados pela taxa instituída através da Lei 1.938, de 10/12/52

Saldo dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1974 .....	3.923.918,96
--	--------------

III - Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP" - Bacia Taquari-Antas - 2a. fase (Lei 6.162, de 31/12/70)

a) Produto recebido até 31/12/75 .....	<u>1.524.950,00</u>
Saldo dos recursos a utilizar .....	<u>1.524.950,00</u>

IV - Quota-parte do imposto único sobre minerais do país		
Recursos proporcionados pela quota-parte do imposto único sobre minerais do país		
a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1974 .....	617.122,54	
b) No exercício de 1975 .....	<u>11.718.419,21</u>	12.335.541,75
Menos		
c) Recursos utilizados		
Na integralização do capital da Companhia Rio-Grandense de Saneamento, despesa classificada no código 22.10 - Entidades Supervisionadas - Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas .....		
		<u>11.155.207,64</u>
Saldo dos recursos a utilizar .....		<u>1.180.334,11</u> *****
V - Empréstimo de financiamento "Burroughs Eletrônica Ltda, c/Equipamento" - Lei 6.395, de 7/7/72		
a) Produto recebido até 31/12/75 .....		12.780.256,15
Menos		
b) Crédito especial aberto		
Em 1972 (Dec. 21.870, de 17/7/72)	12.824.750,00	
Menos		
c) Saldo de crédito extinto		
Em 1972 (Dec. 21.870, de 17/7/72)	<u>150.572,53</u>	<u>12.564.177,47</u>
Saldo dos recursos a utilizar .....		<u>116.078,68</u> *****
VI - Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - 3a. série - Lei 6.485, de 15/12/72, e Dec. 23.195, de 11/7/74		
a) Produto recebido até 31/12/74 .....		50.000.000,00
Menos		
b) Crédito especial aberto		
Em 1974 (Dec. 23.543, de 5/12/74)	50.000.000,00	
Em 1975 (Dec. 23.802, de 12/3/75)	<u>45.000.000,00</u>	
	95.000.000,00	
Menos		
c) Saldo de crédito extinto		
Em 1974 (Dec. 23.543, de 5/12/74)	<u>45.000.000,00</u>	<u>50.000.000,00</u> *****
VII - Empréstimo Caixa Econômica Federal Lei 6.284/71		

a) Créditos suplementares abertos		
Em 1974 .....		15.000.000,00
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Suplementares		
Em 1974 .....		<u>1.215.918,72</u>
		13.784.081,28
Menos		
c) Parcela recebida até 31/12/75 .....		<u>15.000.000,00</u>
Saldo dos recursos a utilizar .....		<u>1.215.918,72</u>
		*****
VIII - Auxílio da União Federal referente ao Fundo Especial de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal		
a) Recursos recebidos até 31/12/75 .....		5.600.000,00
Menos		
b) Crédito especial aberto		
Em 1973 (Dec. 22.878, de 20/12/73)	4.000.000,00	
c) Créditos suplementares		
Em 1974 .....	<u>3.000.000,00</u>	
	7.000.000,00	
Menos		
d) Saldo de crédito extinto		
Em 1974 (Dec. 22.878, de 20/12/73)	<u>1.500.000,00</u>	<u>5.500.000,00</u>
Saldo dos recursos a utilizar .....		<u>100.000,00</u>
		*****

Apura-se o descoberto financeiro acumulado, em 31 de dezembro de 1975,

do seguinte modo:

Ativo Financeiro

I - Real

Disponível .....	63.761.791,88	
Vinculado .....	17.993.863,52	
Realizável .....	<u>341.064.840,53</u>	422.640.516,93

II - Potencial

Empréstimos vinculados a créditos especiais abertos

Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31/12/70 .....	491.384,70	
Empréstimo em apólices Lei 6.452/72		
Dec. 22.202, de 7/12/72 .....	93.477.072,49	

Empréstimo em apólices Lei 6.626/73		
Dec. 22.823, de 22/11/73 .....	222.789.022,39	
Empréstimo Lei 6.657, de 12/12/73 ...	3.361.000,00	
Empréstimo em apólices Lei 6.779/74		
Dec. 23.612, de 23/12/74 .....	120.425.415,78	
Empréstimo em apólices Lei 6.851/74		
Dec. 23.632, de 27/12/74 .....	99.600.856,81	
Empréstimo a ser contratado com o Ban co Nacional de Habitação .....	113.094.629,53	
Parcelas a realizar da renda do Depar tamento de Loteria do Estado		
Vinculada ao art. 9º da Lei 4.760/ /64 .....	607.315,98	
Vinculada ao art. 3º da Lei 4.631/ /63 .....	<u>348.877,59</u>	956.193,57
Contribuição da União Federal, relati va ao Fundo de Desenvolvimento de Pro gramas Integrados - Dec. federal ... 72.062, de 6/4/73 .....		2.901.035,12
Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Fe deral) .....		<u>5.479.387,85</u>
		<u>662.575.998,34</u>
		1.085.416.514,37
		*****

Passivo Financeiro

I - Real

Restos a Pagar .....	547.447.120,98	
Serviços de Dívida a Pagar .....	62.480.372,78	
Depósitos .....	79.203.241,38	
Débitos de Tesouraria .....	851.632.331,80	
Diversos .....	<u>301.976.964,37</u>	1.942.740.031,31

II - Potencial

Saldo de recursos a utilizar da Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, Municípios e Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES

Vinculado ao Depar tamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	3.326.250,96	
Vinculado aos Muni cípios .....	4.827,73	



Vinculado ao Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES	23.089.157,28		
Vinculado ao Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO .....	<u>6.058.008,40</u>	32.478.244,37	
Saldo dos recursos a utilizar da Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns .....		3.923.918,96	
Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP" - Bacia Taquari-Antas (Lei 6.162, de 31/12/70) .....		1.524.950,00	
Saldo dos recursos a utilizar da quota-parte do imposto único sobre minerais do país .....		1.180.334,11	
Empréstimo de financiamento "Burroughs Eletrônica Limitada, c/Equipamento" - Lei 6.395, de 7/7/72 .....		116.078,68	
Empréstimo Caixa Econômica Federal Lei 6.284/71 .....		1.215,918,72	
Auxílio especial da União Federal, de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal .....		<u>100.000,00</u>	<u>40.539.444,84</u>
			<u>1.983.279.476,15</u>
			*****

DESCOBERTO FINANCEIRO

RESUMO

Passivo Financeiro .....	1.983.279.476,15
Ativo Financeiro .....	<u>1.085.416.514,37</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/75 .....	897.862.961,78
	*****

A mesma apuração pode ser feita de forma sintética, a saber:

I - Descoberto financeiro acumulado em 31/12/74 .....	701.100.898,99
II - Deficit dos recursos do Fundo Geral	
Deficit da gestão dos recursos do Fundo Geral do exercício de 1975 .....	<u>196.762.062,79</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/75 .....	897.862.961,78
	*****

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o término da presente exposição, que se constitui numa das peças da prestação de contas do Chefe do Poder Executivo, conclui-se uma das mais relevantes atribuições da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

Nesta oportunidade, cumprimos com o dever de ressaltar a capacidade técnica e a dedicação dos funcionários deste Órgão.

A Vossa Excelência, Senhor Secretário, manifestamos nosso reconhecimento pelo apoio que tem dispensado a esta Contadoria e Auditoria-Geral, ao mesmo tempo que lhe asseguramos a leal e decidida cooperação dos seus servidores.



Waldir Comerlato,

Contador e Auditor-Geral do Estado.